

REVISITANDO
AS FRENTES DE
EXPANSÃO

OTÁVIO GUILHERME VELHO

Edição

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Organizadores

Cynthia Carvalho Martins

Jurandir Santos de Novaes

Helciane de Fátima Araújo

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Transcrição do áudio

Tacilvan Silva Alves

Registro audiovisual

David Pereira Júnior

Tacilvan Silva Alves

Fotografias

João Damasceno Figueiredo

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Capa

“Prospecto da fortaleza e povoação de São José de Marabitanas”.

Viagem Filosófica ao Rio Negro.

Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, 1785.

V432r Velho, Otávio Guilherme

Revisitando as frentes de expansão / Otávio Guilherme Velho; Alfredo Wagner Berno de Almeida ed.; Cynthia Carvalho Martins, Jurandir Santos de Novaes, org., Helciane de Fátima Araújo, org. – Rio de Janeiro/ São Luís: Casa 8, 2016.

111 p.: il. color. ; 12x19 cm. (Coleção Aulas Inaugurais; n.1)

ISBN

1. Reflexividade. 2. Fronteira. 3. Ciência. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de, ed. II. Martins, Cynthia Carvalho, org. III. Novaes, Jurandir Santos de. org. IV. Araújo, Helciane de Fátima. org. V. Título. VI. Série.

CDU 911:001

UEA - Edifício Professor
Samuel Benchimol
Rua Leonardo Malcher, 1728
Centro - Manaus, AM
Cep.: 69.010-170

E-mails:
pncaa.uca@gmail.com
pnca.ufam@yahoo.com.br
www.novacartografiasocial.com
Fone: (92) 3878-4412
(92) 3232-8423

UEMA- Endereço: Largo
Cidade Universitária Paulo VI,
3801 - Tirirical, São Luís - MA,
65055-000
Fone:(98) 3244-0915

Sumário

Apresentação 5

Revisitando as Frentes de Expansão 9

Memorial Otávio Velho 43

Sintoma 47

Entorno 81

Até agora 103



COLEÇÃO AULAS INAUGURAIS: nota prévia do editor

Os critérios de composição desta Coleção atêm-se a propósitos absolutamente pedagógicos, privilegiando a trajetória acadêmica de autores cujos trabalhos tem sido objeto de interesse universitário, notadamente do corpo docente e discente do Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA-UEMA). A despeito de algumas leituras conterem, circunstancialmente, complexas implicações teóricas, elas se enquadram nos objetivos didáticos visados. Mediante a concisão dos textos decidimos ampliar as informações alusivas às trajetórias acadêmicas, acrescentando em cada livro o Memorial do autor que proferiu a respectiva Aula Inaugural. Distante de qualquer pretensão biobibliográfica e numa postura crítica a textos encomiásticos e às hagiografias, levamos em conta a reflexividade expressa nos próprios Memoriais, reforçando o relato de memórias vinculadas ao trabalho científico e interpretando-as como parte do esforço pedagógico em pauta. A qualidade da formação intelectual tende a ser aprimorada a partir deste contato direto com autores, discutindo e intercambiando proposições e experiências de pesquisa.

A explicitação dos critérios deste plano editorial articula-se com as demais iniciativas do PPGCSPA-UEMA de propiciar aos estudantes um conjunto completo de instrumentos de trabalho de pesquisa científica. As “Aulas Inaugurais” propiciarão, assim, materiais didáticos selecionados para uma sistematização das leituras introdutórias e básicas às ciências sociais, conjugados com um quadro de referência teórica integrativo e dinâmico, pela interação direta com autores.

APRESENTAÇÃO

A ideia de publicar as aulas inaugurais do Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) expressa uma iniciativa didática de se discutir trajetórias intelectuais e se expor debates teóricos entre professores convidados, de um lado, e o corpo docente e os respectivos discentes do referido Programa, de outro, objetivando reforçar o padrão de trabalho científico e a qualidade da formação acadêmica, assim como a orientação de artigos e dissertações produzidos pelos discentes ao longo dos dois anos de duração do curso.

O nascedouro da proposta de implantação do PPGCSPA encontra-se nos trabalhos de pesquisa publicados ou em andamento, desde 2005, no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e do Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia (GESEA). Esses trabalhos, desenvolvidos com apoio da Fundação Ford, do CNPq, do Fundo Amazônia/BNDES e de Universidades públicas federais (UFAM, UFPA) e estaduais (UEMA, UEA), tem resultado num conjunto de livros, artigos, ensaios e fascículos, bem como de participações constantes de professores e pesquisadores em congressos, em *workshops* internacionais e na organização de seminários em diferentes universidades da Panamazônia. Um dos produtos mais expressivos concerne ao

trabalho pedagógico através de cursos ministrados para representantes de povos e comunidades tradicionais que, combinados com os demais resultados, convergiram para a consolidação de uma rede internacional de pesquisadores e representantes de movimentos sociais. No ano de 2008, com a implantação do curso de especialização denominado “Sociologia das Interpretações do Maranhão”, esta rede conheceu novas possibilidades de expansão. Foram formados agentes de diferentes movimentos sociais e associações comunitárias, filhos e filhas de quilombolas, de quebradeiras de coco babaçu, de pescadores artesanais e de indígenas. Ao mesmo tempo foram criadas condições de possibilidades para a construção de um projeto pedagógico mais aprofundado, que facultou o amadurecimento necessário para a montagem da proposta do PPGCSPA encaminhada à CAPES, incluindo-se um plano editorial materializado em coleções de livros.

Mediante a sua aprovação o PPGCSPA possui atualmente como área de concentração a tríade teórica “Estado, comunidade tradicional e territorialidades da Amazônia” e como linhas de pesquisa: “cartografia social, povos e comunidades tradicionais; territorialidades e movimentos sociais na Amazônia”, “Narrativa, memória e identidades coletivas na Amazônia” e “Estado, governo, políticas de desenvolvimento e territorialidades na Amazônia”.

Para a implantação do PPGCSPA foi realizada uma parceria entre a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e o departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), através do Programa de Pós-Graduação em

Ciência Política. Cursos ministrados em conjunto por professores destas duas universidades e experiências regulares de pesquisas de campo asseguraram o êxito da iniciativa.

A aula inaugural do professor Otávio Guilherme Velho, aqui transcrita, após revisão do autor, abrindo o ano letivo da segunda turma, nos propicia recursos conceituais para refletir sobre as continuidades e descontinuidades dos trabalhos de pesquisa realizados na Amazônia. Ela consiste numa fonte de inspiração para se repensar a descrição etnográfica como um processo histórico, de relações sociais em movimento, que traduzem uma centralidade do presente. A antropologia é apresentada como prática permanente de pesquisa, nos propiciando meios de compreender com maior acuidade as transformações sociais que estão ocorrendo na Amazônia.

Com esta contribuição, de fins intrinsecamente modestos, evidenciamos nosso empenho na implementação de um padrão de trabalho científico, no âmbito do PPGCSPA, coadunado com meios didáticos eficientes e com uma atividade intelectual fecunda e permanente.

Rosa Elizabeth Acevedo Marim
Cynthia Carvalho Martins
Coordenadoras do PPGCSPA-UEMA

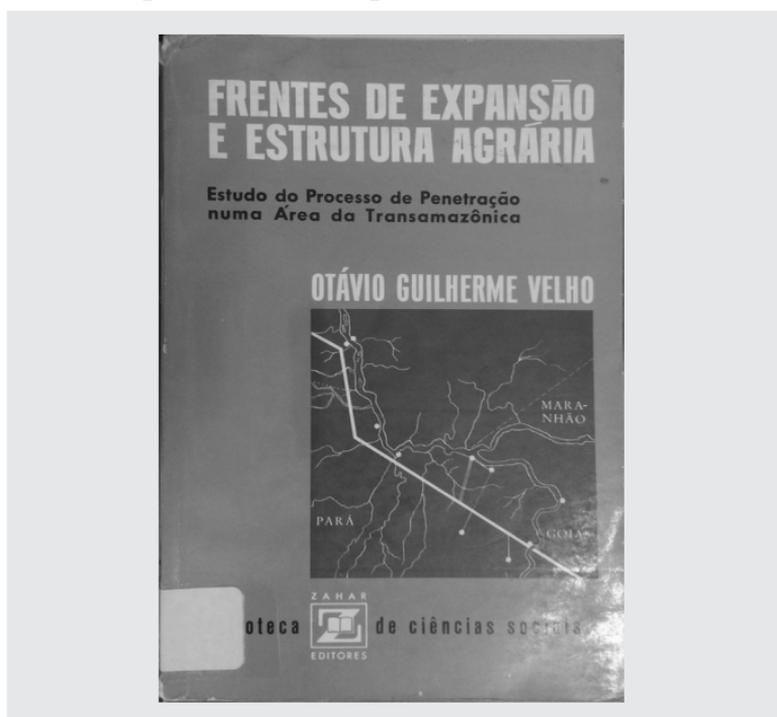


REVISITANDO AS FRENTES DE EXPANSÃO

Muito obrigado, Rosa. Eu agradeço muito à oportunidade de estar aqui nesta mesa, junto com amigos muito queridos, e nesta universidade, que creio ser a primeira vez que visito, e neste mestrado pioneiro. É realmente uma grande satisfação estar aqui com vocês. Espero que seja um momento de uma relação que permaneça, que prossiga.

Pediram-me um título para aquilo que vou falar e eu improvisei com esse “Revisitando as Frentes de Expansão”. Depois, pensando mais um pouco, fiquei imaginando que, de certa maneira, o que eu queria falar não deixa de ser revisitando as frentes de expansão, mas antes disso estaria revisitando o *Frentes de Expansão*, ou seja, o livro, que está sendo relançado paralelamente a este evento graças ao esforço de muitos, mas sobretudo do querido e generoso amigo Alfredo Wagner Berno de Almeida. Porque é uma experiência curiosa com essa nova edição retomar uma leitura que já fazia muito tempo não fazia. Então, uma revisita às frentes de expansão, digamos assim, num sentido mais completo seria revisitando as frentes de expansão através do *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*, é este o título completo. Porque este livro, na verdade, é produto da minha dissertação de mestrado. Foi o primeiro livro que publiquei e ele foi a dissertação que defendi num momento em que provavelmente 90% ou mais dos presentes nem tinham nascido. Talvez, alguns dos pais dos presen-

tes não tivessem nascido. Essa dissertação de mestrado eu defendi em 1970. Esse livro não era um livro de história e continua sendo, eu espero, um livro de antropologia. Mas com o tempo de alguma maneira, transformou-se num documento histórico, independentemente da minha vontade. Já faz muito tempo que não faço pesquisa na Amazônia, mantenho contato através dos meus amigos, das pessoas com quem trabalho aqui e tento me manter informado na medida do possível, mas eu não posso falar das frentes de expansão hoje. Então isso é um paradoxo interessante: não é um livro de história e ao mesmo tempo é de alguma maneira um documento histórico. Não que seja tão bom assim, mas é porque não há muitos documentos, então a gente tem de alguma maneira que cultivar os que existem.



Esse livro *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária* está nessa edição, que é a primeira publicada na Amazônia, inaugurando uma coleção denominada de *Antropologia da Amazônia*, que é uma iniciativa do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e da Universidade Estadual do Amazonas. E está incluída nessa nova edição uma apresentação a respeito da coleção que meu livro está tendo a honra de inaugurar de onde retirei duas passagens curtas a respeito das intenções desta coleção que eu espero venha a ter uma vida longa. A primeira passagem diz que a coleção pretende ser baseada “numa ação pedagógica de fundamento etnográfico”. E adiante se afirma que para a coleção “o trabalho de campo não é uma simples coleta de material bruto, não separando teoria e prática de pesquisa”. Essas duas observações que são feitas na apresentação da coleção me fazem pensar nesta revisita que de fato este livro - que foi publicado originalmente em 1972, teve outra edição em 1981, e agora essa nova edição belíssima datada de 2013 - cabe nesta coleção. Vejo de fato que é um livro fundamentalmente etnográfico no sentido que é mencionado na apresentação da coleção. E é justamente para isso que essa minha revisita me chamou a atenção e que queria marcar para vocês: é justamente o que ele tem de etnográfico que mais resistiu ao tempo. Isso eu acho que é interessante para quem está fazendo um curso que é das ciências sociais, um curso que tem a ver com a antropologia: o que é etnográfico no livro é o que mais resistiu ao tempo em minha opinião. O que é um mistério na nossa disciplina que mais uma vez é confirmado: o fato de que, em geral, os textos de antropologia que nós relemos ou

revisitamos ganham uma permanência, sobretudo em função da sua etnografia. Então, é o que permite que num curso de antropologia se releia os clássicos da antropologia com grande prazer e com grande proveito. Porque realmente a etnografia, quando ela é feita dentro dos cânones que nós preservamos, ela faz com que se possa ter esse prazer de leitura, de uma revisita que atravessa o tempo. Então, assim eu penso que possa se justificar uma republicação do que tem alguma resistência ao tempo. Adiante vou mencionar a minha posição pessoal em relação a algumas controvérsias atuais sobre etnografia. Mas desde já registro que me impressionam nessa revisita ao livro detalhes de coisas que escrevi e de que já havia me esquecido, mas que, no entanto, para mim indicam, embora da parte de um aprendiz na época, haver um esforço de trabalho que me deixa razoavelmente satisfeito. E até surpreso, por assim dizer.

Sem prejuízo do reconhecimento hoje possível de várias lacunas, que mencionarei adiante, acho que ele cabe na coleção como uma espécie de documento histórico e pela relativa resistência ao tempo da etnografia. Mas cabe também por causa da beleza da edição. Está realmente uma edição muito caprichada, e eu fico muito agradecido por esse esforço dos colegas, por esse carinho deles por essa nova edição onde é imprescindível uma referência especial à apresentação feita pelo Alfredo Wagner. Apresentação que é de fato o que há de novo nessa nova edição. É extremamente bem feita e me faz feliz de essa republicação poder servir de pretexto para uma análise, digamos assim, do campo intelectual da época em que foi produzido o livro. Análise extremamente interessan-

te para todos nós, mas, sobretudo, para as novas gerações poderem conhecer as condições em que esses trabalhos foram realizados, o meu e de outros. Na verdade, o meu está sendo tomado aí como um ponto numa rede de um campo de trabalhos. Eu fico feliz também que possa ter sido possível ele ter esse valor de servir de pretexto para um trabalho tendo como referencia institucional básica o nosso Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, onde eu me formei tendo essa dissertação como a primeira que foi lá defendida. E onde o Alfredo se formou também. Eu estou sugerindo mesmo aos colegas mais novos e aos alunos do Programa no Museu que leiam essa apresentação porque, inclusive, vão aprender a respeito da sua própria instituição e da substituição e redução de narrativas que com o tempo faz com que se acabe perdendo alguma coisa. Então, essa apresentação do Alfredo pode ter um valor muito importante para o próprio Museu Nacional para de fato fazer com que se retome a trajetória de significados de uma instituição que hoje existe até mais pelo que realizou e está espalhado pelo mundo, não apenas concentrado em sua sede física. E eu digo isso com toda a humildade diante do meu próprio trabalho, apesar da imensa generosidade do Alfredo que fez com que em outro texto recente seu, a conferência inaugural¹ das Jornadas “Conhecimentos Tradicionais – da Pan-Amazônia ao Rio da Prata” realizadas em Buenos Aires tenha colocado-o junto aos

1 A propósito consulte-se Almeida, A.W.B. de- “Apontamentos para uma “Nova Descrição”: uma abordagem crítica sobre a politização da consciência das fronteiras da Amazonia ao Prata.” In Picotti, D. ; Almeida, A.W.B. de - *De la Pan-Amazonia al Rio de la Plata. Jornadas Conocimientos Tradicionales*. Manaus. Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Edições/Buenos Aires. Universidad Nacional General Sarmiento (UNGS). 2014 pp. 19- 33.

de Charles Wagley e Eduardo Galvão como marco dos estudos antropológicos da Amazônia na segunda metade do século XX.

“ 1.3. Estudos antropológicos, realizados na segunda metade do século XX, como aqueles de Charles Wagley e Eduardo Galvão, abriram perspectivas de investigação do prisma da relação entre “raças e classes”. Outros estudos realizados duas décadas mais tarde como o do antropólogo Otavio Velho, em meados dos anos 70, alertou para outras possibilidades de cotejo, realizando uma discussão em torno de estudos comparativos das “fronteiras em movimento”, repertoriando autores como Vianna Moog e Frederik Jackson Turner e comparando historicamente o desenvolvimento capitalista e a fronteira nos Estados Unidos e no Brasil. A interpretação de Velho evidencia na Amazônia uma vertente autoritária do desenvolvimento capitalista apoiado num sistema repressor da força de trabalho ou na imobilização dos trabalhadores pela dívida.”

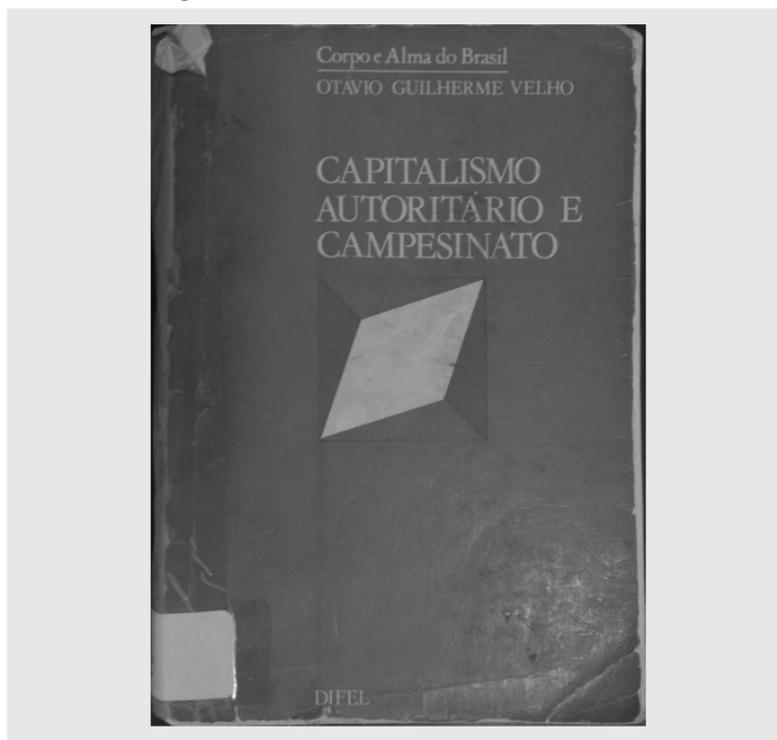
(Almeida, 2014)



Na verdade o que se pode querer de um trabalho como esse, é não que ele seja lido simplesmente, mas que seja estudado criticamente. E penso que é isso que o Alfredo fez na apresentação do livro que serve de mote a esta fala. E eu gostaria que os eventuais novos leitores e leitoras seguissem o seu exemplo. Cada um a partir de suas próprias experiências e dos seus conhecimentos e de várias perspectivas, pois só assim ele poderá ser realmente útil e permitir que outros o ultrapassem. É esta a meu ver a missão mais nobre a que podemos almejar como cientistas do social e do cultural e como cidadãos interessados no bem-estar das populações com as quais convivemos, entrelaçadas a outros povos do mundo.

É preciso chamar a atenção para o fato de que este livro faz par com outro; tanto assim que, às vezes, se faz confusão entre um e outro. E é, aliás, esse conjunto que o Alfredo tem como referência em seu comentário na conferência inaugural feita em Buenos Aires. O outro livro foi publicado quatro anos depois deste, constituindo-se numa versão revista da minha tese de doutorado, chamava-se *Capitalismo Autoritário e Campesinato* e faz par com o *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Publicado, portanto, em 1976, teve uma nova edição em 1979 e agora, para satisfação minha, foi reeditado no México numa edição em língua espanhola também com uma nova apresentação. Assim como tivemos a apresentação do Alfredo para o *Frentes de Expansão*, há uma apresentação feita por um amigo e colaborador argentino, o professor Pablo Semán nessa edição mexicana que inaugurou também uma coleção. Vocês vêem que eu estou sendo muito afortunado nestes anos de 2013 e 2014. Esse

segundo livro, juntamente com os de mais dois colegas muito chegados, o do meu professor e orientador nessa dissertação de mestrado, Roberto Cardoso de Oliveira, o clássico *O Índio e o Mundo dos Brancos* e o livro do meu irmão Gilberto Velho, *A Utopia Urbana*, juntamente esses três livros inauguraram a *Biblioteca de Antropologia e Ciências Sociais Brasil-México*. Então, eu estou muito feliz por isso também. Permitam essa nota, pois eu digo isso sempre no sentido informativo, embora sem poder ocultar a minha satisfação pessoal. Pois como foi dito a meu respeito por Dona Querubina², quebradeira de coco de grande perspicácia: “A roça dele é o livro”.

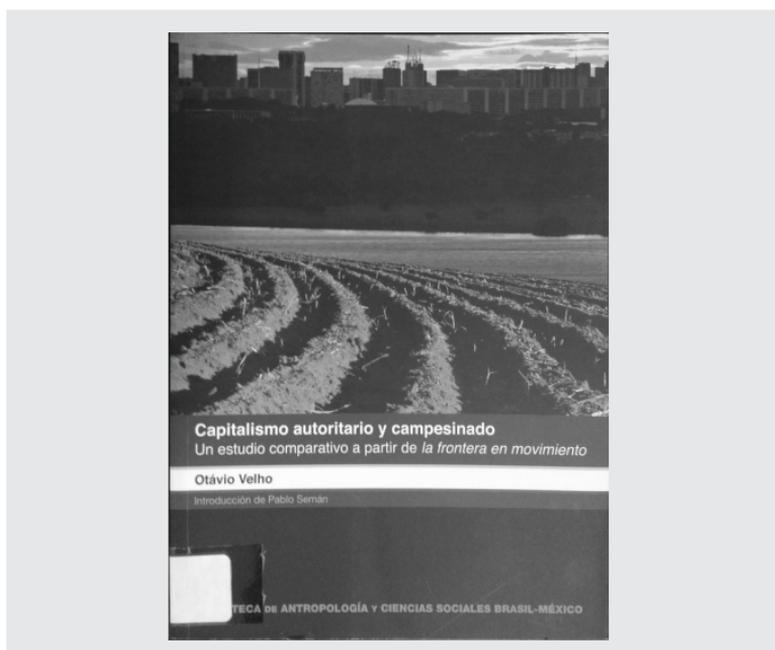


2 Dona Maria Querubina Silva Neta, líder sindical e do movimento das quebradeiras de coco babaçu da região de Imperatriz, Maranhão)

O *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, não é estritamente etnográfico. Ele tem uma parte etnográfica em que eu retomo alguns temas do *Frentes de Expansão* e desenvolvo mais, mas ele é basicamente um exercício comparativo a partir da etnografia. Quer dizer, a partir de uma etnografia e da bibliografia disponível, pretende ser um exercício comparativo, tentando compreender outros casos à luz da nossa experiência. E, ao mesmo tempo, aproveitar essa experiência comparativa para entender mais o nosso próprio caso. Isso eu acho que é outro elemento da antropologia muito importante. Eu diria: primeiro a etnografia e, depois, a comparação. Além dos exercícios comparativos que constituem o próprio trabalho etnográfico. Esse segundo livro é uma comparação a partir de uma etnografia, eu diria em síntese. E é por isso que os dois livros se completam.

A propósito, é interessante que, com esses quatro anos de diferença, eu já tinha alguns leitores da dissertação. Quatro anos de diferença em relação à publicação, mas a dissertação é de fato de 1970. Já havia alguns leitores do *Frentes de Expansão* e de outros trabalhos que foram deste intervalo e que eu pude, então, utilizar no *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Então, na bibliografia desse segundo livro, já aparecem alguns textos novos que são destacados. Há um que nas minhas referências é registrado como Almeida, 1974. Almeida, 1974, na verdade, é Alfredo Wagner Berno de Almeida. Ele está entrando nessa bibliografia do segundo livro com um texto de 1974 chamado "Movimento Migratórios nos Vales do Tapajós e do Xingu". Na referência completa desse texto se diz: "PPGAS, que é Programa de Pós-Graduação

em Antropologia Social, mimeo". E o Alfredo me comunica que o texto não foi até hoje publicado. Então, eu vou fazer uma certa pressão sobre ele para que o seja. Aliás, essa é uma das coisas que eu acho que deveríamos pensar: há muito material dessa época não publicado que deveria ser. E certamente esse trabalho do Alfredo é exemplo disso. Quer dizer, nós somos quase contemporâneos, digamos assim, porque esse trabalho do Alfredo é de 1974 e ele avança, inclusive, em relação a certas coisas de que eu falava no *Frentes de Expansão*. Por exemplo, uma das coisas de que eu falo e que desenvolvo mais nesse livro, o *Capitalismo Autoritário*, é a oposição entre beira e centro. Pois o Alfredo, nesse trabalho de 1974, realiza uma contribuição, um aprimoramento dentro dessa discussão, chamando a atenção a partir da beira de rio e da beira de estrada para desdobramentos que não estão limitados *a priori* como *beira faixa* e *beira pista*, encontrando ele no seu trabalho de campo na Baixada maranhense a *beira campo*. E faz outras contribuições importantes, como por exemplo, a crítica à noção de "espontâneo" para se referir à "migração espontânea" ou "colonização espontânea". Eu acho que isso deve ser dito entre aspas referindo-se a categorias postas no contraste em relação à colonização oficial como, por exemplo, a que foi realizada na Transamazônica, mas sabendo que esse "espontâneo" não deve ser tomado ao pé da letra sob risco de mascarar os conflitos sociais envolvidos num processo como esse. Creio que Alfredo alerta para esse risco, bem com para um preconceito e intenção política subreptícios que podem estar embutidos no uso dessa expressão.



Esse segundo livro incorpora esses avanços, digamos assim. Pois é desse modo que a atividade científica se caracteriza como um empreendimento coletivo. E por último, eu queria só para completar o ciclo, chamar a atenção que existem estes dois livros e há também um artigo que escrevi chamado “O Cativo da Besta Fera” e em que estava trabalhando na ocasião. Estão com os olhares espantados! Diante dessas expressões certamente. Mas, se vocês forem ver o *Frentes de Expansão*, vão reparar que lá eu me refiro a esta questão, uma questão que nós podemos até, em outro momento, discutir, essa noção de cativo e a de besta fera, que eu considero como categorias tal como aparecem na minha etnografia, emprestando-lhes, portanto, grande importância analítica. Nesse artigo eu retomo esse assunto do cativo e da besta fera, e dou a eles outro tratamento, que indica a sua

conexão e que indica o meu interesse pela questão da religiosidade, que desenvolveria nos anos seguintes até como reação a certo economicismo que a meu ver prevalecia entre nós. Eu desejava uma nova leitura. E esse texto acabou sendo um dos meus artigos mais publicado e republicado. Foi publicado originalmente na revista *Religião e Sociedade* em 1987, após muitos anos de elaboração, e depois foi republicado como abertura de uma coletânea de textos meus que, não por acaso, seria intitulada *Besta-Fera: Recriação do Mundo*, destacando, portanto no título esse artigo que, afinal de contas, é produto da etnografia já presente no *Frentes de Expansão*. Depois, foi publicado ainda na Argentina e na Holanda, mas eu queria chamar a atenção, que tudo isso, esse artigo, que é importante na minha bibliografia, tudo parte deste livro, deste *Frentes de Expansão*. O que faz com que eu tenha muito carinho por ele. Mas, como diz o Alfredo na apresentação da coleção, o trabalho de campo não é uma simples coleta de material bruto, há sempre uma teoria embutida e, digamos assim, uma situação histórica ou talvez um contexto - podemos discutir que terminologia utilizar - a serem levados em conta. Então, um estudo, uma releitura de um trabalho, tem que ser também uma releitura crítica, que leve em conta simultaneamente o chamado contexto ou situação histórica e as teorias embutidas no que foi produzido anteriormente, bem como as condições do próprio trabalho que está sendo realizado em momento posterior. Pois essa é a parte do trabalho mais sujeita a se tornar defasada. Hoje eu vejo que em parte a minha trajetória se fez por meio de releituras de meu próprio trabalho.

Mas é assim o processo da ciência e afinal nós pretendemos ser cientistas, embora críticos em relação à própria ciência e suas práticas; e, portanto, sabendo que esse processo não é linear e irreversível, seguidamente podendo-se retomar fios que ficaram soltos em momento anterior. Então, por isso eu diria que essa atitude de estudo, solidário, é importante e faz com que também, nesse sentido, uma releitura possa ser útil. Por que essa “reconstituição” entre aspas? Porque necessariamente marcada pelo momento e os interesses que a orientam - como o Alfredo também faz na apresentação dele, que eu costumo fazer sob outros pontos de vista. Acho que é muito instrutiva para que os estudiosos de hoje possam entender o contexto, a situação, o enquadramento. E para que então igualmente possamos nos dar conta de antemão de que necessária e logicamente os trabalhos do presente também estarão sujeitos a um enquadramento em função das discussões de momento, em função das circunstâncias em que eles são produzidos e do momento em que serão reavaliados. Eu acho bom que se faça esse tipo de exercício. Devemos ser modestos com o que produzimos, livres de messianismos, imaginando que falamos a última palavra e que depois não haverá mais o que se dizer. Livres de messianismos, conscientes do caráter coletivo da nossa atividade quer no tempo em que as coisas são produzidas, quer nos outros tempos em que essa produção possa ser reapropriada. Este é um trabalho coletivo de cuja natureza precisamos ter consciência, e por isso mesmo ser bem modestos com o que fazemos. Trabalhos coletivos, aliás, não só por causa da nossa parceria com os colegas da academia, mas tam-

bém por causa das parcerias nem sempre reconhecidas pelos cientistas (inclusive os chamados cientistas naturais) com todos os interlocutores – individuais e coletivos – com quem interagimos. Inclusive aqueles com quem interagimos no próprio trabalho de campo, sendo quase uma atitude colonialista (ou de colonialismo interno) e filosoficamente pobre reduzi-los a meros “informantes”.

Nos últimos tempos, eu tenho sido estimulado para certo exercício de rememoração, o que para mim não é costume. Não é do meu feitio ficar pensando muito no passado, mas nos últimos tempos tenho sido quase que obrigado a fazer isso. Essa própria situação que é a reedição desses livros é um dos motivos que provoca certa “volta ao passado”, imaginativa. Como também, o que tem se juntado a isso é que houve a coincidência de que tivemos ultimamente algo que já foi chamado de uma *descomemoração*, os 50 anos do golpe militar de 1964. Golpe que inaugurou uma ditadura, militar ou civil-militar, terminologia que é ela mesma alvo de discussão. E esses dois livros, assim como muitos outros, foram produzidos nesse período. Então, essa *descomemoração* tem feito com que, de alguma maneira, se tenha que retomar as circunstâncias em que trabalhávamos na época. Agora mesmo, há duas semanas, eu assisti o próprio Alfredo lá no Rio, no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como debatedor de uma discussão extremamente interessante a respeito dos efeitos da ditadura sobre os movimentos sociais, os trabalhadores e a universidade. É uma viagem, realmente, assistir àquilo que, às vezes, leva a certa dificuldade de comunicação de

quem viveu esse período com quem é mais jovem. Às vezes temos certa dificuldade em saber quais são as referências das pessoas, sobretudo os mais jovens, mas é muito interessante. E também agora, no dia 29, lá no Museu Nacional, tivemos um dia inteiro de *descomemoração*, falando a respeito da nossa própria história, da história da pesquisa antropológica nesse período que teria durado formalmente vinte e um anos, o que constitui porção considerável da história da instituição. Tudo isso também sujeito a discussões, essas datações, mas é para vocês terem uma ideia de que foi um período longo e em que muito do que hoje é referência foi produzido nessa época. Pois de qualquer maneira foi quase uma vida, a idade aproximada de muitos dos presentes. Chama a atenção a complexidade da situação em que estes e muitos outros trabalhos foram produzidos, eu acho que é isso que se deveria passar nessas discussões. Esse evento do Museu foi todo gravado, filmado, e vai ser interessante ver isso porque foi em forma de testemunhos. Foram muitos os que deram testemunho, colegas como Moacir Palmeira, que vocês devem conhecer pelos estudos de vocês, pela referência bibliográfica; José Sérgio Leite Lopes, João Pacheco de Oliveira Filho também. Nós todos fomos cobaias desse exercício. Creio que é interessante realmente fazer esse esforço para que não se perca ou que se retomem as lembranças do que foi essa experiência histórica brasileira; pois como eu muitos outros não costumam espontaneamente fazer esse exercício.

É claro que temos que estar pensando no que está acontecendo hoje prospectivamente também. Mas eu vi através desse exercício que de fato isso tem senti-

do, pelo menos em determinados momentos. É quase uma obrigação nossa tentar fazer compreender a complexidade da situação que nem sempre passa em todos os depoimentos, por vezes simplificados, senão maniqueístas ou triunfalistas. Tentar fazer compreender, por exemplo, uma situação que muitas vezes parecia ter algo do que eu denominei de esquizofrênico. Em que muitos de nós tínhamos uma militância política, alguns de nós, inclusive, tinham tido prisões, processos, coisas desse tipo. E ao mesmo tempo em que tínhamos essa militância política no sentido estrito, digamos assim, que significava estar indo contra as leis da ditadura, ao mesmo tempo isso se combinava com a paixão de criar instituições. Criar instituições, no nosso caso, na área de ciências sociais e particularmente na antropologia. E através dessas instituições e associado a isto, a vontade de conhecer melhor, através da pesquisa e da reflexão coletiva os rumos do país em que estávamos inseridos e os seus diversos agentes sociais, partindo até de certa crítica à prática da esquerda até então. Conhecer esses agentes sociais, conhecer mais de perto, realmente esse povo do qual os intelectuais gostam de falar, mas, muitas vezes, de maneira abstrata, e à distância. Eu acho que é isso que nessa época a antropologia representou para além das fronteiras da disciplina, ganhando uma visibilidade pouco comum: esse chamamento para que através da pesquisa, do contato direto com as populações in loco, se viesse a conhecer melhor esses agentes sociais que de fato constituíam e constituem o nosso país. Então, é uma situação assim, uma situação em que, por um lado havia uma militância política, mas em que por ou-

tro lado havia um engajamento que não deixava de ser político também na atividade de pesquisa. E, ao mesmo tempo, era preciso, digamos assim, “pegar o bonde andando”, porque nós tínhamos, ao mesmo tempo, que constituir as instituições em que essa atividade pudesse se dar. Então, você tem um paradoxo de que é exatamente no período da ditadura militar que se constitui, por exemplo, o sistema de pós-graduação deste país; e eu acho que isso é interessante, dá margem para muitas discussões, pois evidentemente significava que tínhamos que fazer negociações, negociações inclusive com quem estava no governo. Então, era de fato muito complexa essa situação e com efeitos concretos inclusive em termos do que nós fazíamos e não fazíamos, do que escrevamos e do que não escrevamos, o que não deixou de ser motivo de críticas e merece, hoje, uma reflexão mais distanciada, por assim dizer.

Nesse sentido, os debates da época, dos quais nasceu este livro e muito mais não poderiam deixar de nos contaminar. Os debates da época nos obrigando a tomar posições, por vezes, explicitamente, mas também, às vezes, camufladamente, quando não inadvertidamente. Isso é que exige que esses dois livros sejam estudados e tornados eles próprios objetos de estudo, e não apenas lidos. Para se entender, às vezes nas entrelinhas algumas das coisas que estavam sendo colocadas. Sendo sintético, talvez a questão maior desse livro, o *Frentes de Expansão*, fosse a tentativa de entendimento do significado e do destino da chamada pequena agricultura camponesa. Coisa que na verdade estávamos quase inaugurando. A própria ideia de camponês era uma ideia nova na antropolo-

gia brasileira. Tentar então, o entendimento, o significado dessa “pequena agricultura camponesa” resgatando a positividade do seu papel político e social. Eu diria que essa seria pelo menos uma das questões centrais, juntamente com a busca da especificidade relativa ao contexto em que estavam inseridas. Contexto onde então eu vim a destacar também a questão do autoritarismo, o que seria explicitado no título do segundo livro, *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Essa questão do autoritarismo em suas diversas versões seria examinada tentando, inclusive, ver a realidade em que nós vivíamos sem simplificações, mas em sua complexidade, o que demandaria mais conversas, o que poderíamos fazer em outra ocasião. Mas registre-se que um dos ganchos estratégicos para enfrentar a questão a partir do campo foi a da chamada “repressão da força de trabalho”, assunto que igualmente interessava a Moacir Palmeira e sua equipe que faziam pesquisa no Nordeste, o que criou uma sinergia muito produtiva entre nós e abriu espaço para uma perspectiva comparativa importante para mim nesse segundo livro. Tudo de acordo, aliás com a proposta inicial do nosso Programa, que teve os seus desdobramentos, tal como prefigurado no projeto comparativo Brasil Central-Nordeste analisado pelo Alfredo em sua apresentação a esta nova edição do *Frentes de Expansão*. Isso, portanto, já está embutido no primeiro livro, a questão do autoritarismo, e depois é desenvolvido no segundo livro, juntamente com assuntos mais estritamente políticos. Mas isso, como sugerido acima, dentro do que era possível na nossa avaliação nas circunstâncias de então, eu tendo até mesmo retirado parte de um capítulo da minha

tese de doutorado que tratava mais especificamente da conjuntura política brasileira e latinoamericana. Parte que se manteve inédita até agora, quando estou pretendendo finalmente publicá-la numa coletânea.

Um ponto adicional ainda, que é importante deste ponto de vista político - e isso foi ressaltado na discussão que tivemos no Museu - é que a ditadura não interrompia a política. A política continuava a se fazer, não só em oposição direta ao regime, mas em toda forma de política. Há um momento, por exemplo, no *Frentes de Expansão*, em que falo da política regional que se desenrolava toda dentro do partido do governo, que era a Arena. Dentro da Arena do Pará se fazia uma discussão política de uma variedade de posições e de discussões e conflitos que é muito interessante de se resgatar para não se pensar que a política estava congelada. Não estava congelada, mas seguidamente se dava em lugares e com formas a que muitas vezes hoje não se dá a devida atenção.

É bom ressaltar que os interlocutores que buscávamos nesse livro e em nossa produção da época em geral não eram os agentes da ditadura militar. Os interlocutores que buscávamos estavam no que poderíamos considerar o campo democrático. Era nesse campo que nós queríamos a interlocução. Mas, o fato é que estávamos focalizados nesse campo, ao mesmo tempo que constituíamos instituições em plena ditadura. Nessa época a UFRJ, a minha universidade, chegou a conceder um título de doutor *honoris causa* ao ditador Médici. Isso foi feito na minha universidade e hoje estamos querendo como que retificar isso, sem cair na tentação de apagar o episódio da nossa memória coletiva. Mas a realidade é que ten-

távamos constituir uma interlocução com os nossos companheiros do campo democrático, que na época era muito amplo, pois juntava todo mundo que era contra a ditadura. E num certo sentido e apesar das agitadas polêmicas isto era de certa maneira até mais factível do que hoje. Porque depois que acabou a ditadura, nós nos dividimos muito. Mas por outro lado isso não significa que fosse totalmente fácil essa tarefa da interlocução dentro desse campo, o que talvez prenunciasse as divisões que haveriam de vir ainda durante as lutas contra a ditadura, mas, sobretudo, depois. Apenas, havia como que uma solidariedade básica diante da qual as diferenças que explodiriam mais tarde eram em geral mais toleradas ou evitadas. O que por outro lado acumulou problemas que foram como que adiados, não foram enfrentados na época.

Mas de certa maneira nós não queríamos evitar essas questões. Como a do autoritarismo, para o qual eu não aceitava a solução mais fácil e de senso-comum que consistia em jogar todo o seu peso para o lado da ditadura. Eu ressalto as dificuldades em fazer conhecer na época a legitimidade e a atualidade da pequena agricultura camponesa, o que, no entanto, nós considerávamos uma questão chave para o que hoje talvez chamássemos de “modelos de desenvolvimento”. Isso não era de maneira nenhuma uma questão tranquila dentro do campo das esquerdas, porque nós também estávamos impregnados de um ambiente que, aliás, perdura até hoje. Eu acho que isso é outra coisa interessante, fazer as indagações necessárias de modo a se saber o que perdura, o que se interrompeu e o que continua, aberta ou camu-

fladamente. Nós estávamos imersos num ambiente de desenvolvimentismo e de economicismo e dentro desse ambiente era muito difícil, mesmo dentro do campo democrático, mesmo no âmbito das esquerdas admitir e reconhecer a legitimidade e a atualidade da agricultura camponesa. No campo mesmo da esquerda boa parte dos nossos colegas estavam convencidos de que o caminho era todo no sentido dos grandes empreendimentos e que a pequena agricultura era alguma coisa de arcaico, e que deveria até desaparecer o mais rapidamente possível em prol do desenvolvimento das forças produtivas. Era contra esse tipo de mentalidade que estávamos nos posicionando, o que constituía uma posição minoritária, não era uma construção fácil. E isso está embutido nesse livro. E está explicitado na bibliografia, que pode ser examinada hoje. Creio que isso ajuda a entender as limitações e o foco das discussões da época. E é uma maneira também, de ajudar a que tenhamos uma compreensão melhor da real natureza do nosso autoritarismo, que não era (e não é) apenas um autoritarismo que se pudesse imputar à ditadura militar. E o trabalho, digamos assim, no “Brasil profundo” ajudava a entender coisas menos evidentes, embora presentes nos grandes centros urbanos em geral privilegiados (até pelos mesmos motivos) pelos observadores. Eu acho que esse trabalho no Brasil profundo nos ajudou a reconhecer um autoritarismo que não tinha sido inaugurado pela ditadura militar. Já estava presente e certamente não desapareceu junto com a ditadura. E talvez seja esse um dos elementos que está contido nesse livro e nas muitas discussões que travamos na época que é importante se resgatar.

E essas *descomemorações* têm levado a um exercício nessa direção, o que eu acabei reconhecendo no que tem de útil e no que é importante tentar passar para as novas gerações. Porque não se trata a meu ver de retomar essas discussões montando um quadro idílico, por exemplo, das esquerdas versus o regime militar. É muito mais complexo e é preciso reconhecê-lo.

É importante reconhecer que toda focalização é necessariamente limitadora, porque, na medida em que se focaliza alguma coisa, se deixa por suposto de focalizar outras. Um exercício interessante que hoje eu sugiro aos eventuais leitores deste livro, mas também de outros trabalhos, mesmo para nós que somos contemporâneos, seria verificar o que ficou de fora visto com o olhar de hoje. Não no sentido de julgar ingenuamente ou de condenar *ex post* pelo fato de que algumas discussões que hoje são importantes não estavam colocadas. Mas é preciso reconhecer as limitações da época, assim como algum dia alguém reconhecerá as limitações da época de hoje. Extrapolando, eu acho até que nos cursos de antropologia, ao mesmo tempo em que como eu acentuei anteriormente, se reconheça a atualidade dos autores clássicos da antropologia e das ciências sociais em geral, é preciso fazer também com eles um trabalho desse tipo ao invés de aplicá-los mecanicamente.

Olhando para trás parecem até gritantes o que com olhos de hoje seriam consideradas lacunas, mas é importante reconhecer isso, até para um exercício comparativo. Embora sem historicismos, pois quem me conhece sabe que tenho combatido os “abusos da história”. Uma dessas supostas lacunas, eu diria, diz respeito às populações indígenas. No meu caso, ape-

sar de ter começado o meu trabalho de campo justamente num projeto do Roberto Cardoso de Oliveira sobre colonialismo interno no Brasil, que focalizava o contato interétnico, no entanto, devo reconhecer que as populações indígenas estão praticamente ausentes nos meus dois livros. Na verdade, elas eram vistas pelos antropólogos como importantes objetos de estudos, boas para pensar, porém sem nenhum futuro viável. Eu acho que muitos dos melhores antropólogos da época não acreditavam que estas populações indígenas iriam sobreviver e o seu desdobramento foi uma surpresa, uma boa surpresa na nossa história mais recente. O fato que as populações indígenas sobreviveram, se desenvolveram e se tornaram cada vez mais autônomas e capazes de engendrar as suas formas de luta era de certo modo inimaginável. Por isso é que eu digo que a situação é complexa, porque você está se opondo à ditadura militar, mas ao mesmo tempo está sendo contagiado pelo ambiente e pelas questões de uma época, quer você queira, quer não. E que em geral tinham a ver com uma perspectiva desenvolvimentista que se o pretendia caminho da modernidade, e que embora ainda esteja presente entre nós, hoje já pode ser contestada. Até em função dos sintomas mais evidentes de crise produzidos por essa perspectiva.

Então, eu diria que isto de fato acontecia. Questões de gênero, então, nem pensar. Inclusive, as próprias teorias sobre sociedades camponesas com que nós trabalhávamos, num certo sentido poderiam na linguagem de hoje ser consideradas falocêntricas ou machistas, porque havia uma focalização na unidade familiar camponesa e no seu chefe, necessariamente

do sexo masculino, que realmente obscurecia as diferenças internas e o papel das mulheres, sua subordinação ganhando para além de um reconhecimento factual como que um estatuto teórico inquestionável e um reforço. Eu reconheço isso por um lado humildemente, e por outro lado, satisfeito que realmente hoje tenham se criado novas questões. Questões que têm se mostrado importantes não só politicamente, não só do ponto de vista da luta pela liberação, mas também do ponto de vista da antropologia e de seu desenvolvimento, porém mais uma vez como a coruja de Minerva, acompanhando as questões da época. Quanto à questão racial, é interessante notar que um assunto importante no meu trabalho que depois eu continuei a tratar era a categoria de *cativeiro*, a que já me referi, e que estava associada à escravidão histórica havida do Brasil. Eu faço algumas referências às questões de raça e a questões de preconceito racial, mas em nota de pé de página e sem que isso tivesse centralidade, apesar de estar falando de cativeiro. E eu acho que é importante reconhecer isso. Hoje é possível se fazer outros trabalhos com outros tipos de olhar, até mesmo aproveitando como sugestões elementos não desenvolvidos como eu mesmo fiz com o meu próprio material a propósito da religiosidade. Outro ponto que também não estava sendo focalizado na época eram as questões ambientais. Essa negação – mais talvez do que uma simples lacuna - de certa maneira fundamental contaminava a própria noção de frente de expansão. Frente de expansão muitas vezes vista como se fosse um avanço no vazio, como se não houvesse outras populações, como se não houvesse outros seres que não os hu-

manos presentes naquilo para onde supostamente se expandia. E, portanto, sem preocupação com os efeitos que isso produzia. Não tínhamos clareza sobre essas questões que hoje, apesar das resistências que perduram - autoritárias talvez - temos condições de ter. E também a noção de *fronteiras em movimento* desenvolvida no segundo livro em contraste com as frentes de expansão, hoje poderia ser pensada como tendo a ver com certa idealização do que seriam essas fronteiras em movimento, identificadas com o que na época eu chamava de capitalismo burguês e de capitalismo democrático em contraste com o que seria o capitalismo autoritário.

Havia um dualismo excessivo na época no uso das categorias. O dualismo servia como método de análise que, no entanto, tendia a extrapolar essa função instrumental e contaminar os próprios objetos empíricos, como no caso do contraste que eu próprio fazia entre um desenvolvimento burguês - democrático e um desenvolvimento autoritário, que hoje temos condições de relativizar. Mas nada disso creio que tira o valor dos trabalhos publicados nessa época. Isso é que é um mistério. Mistério que eu convido vocês também a revisitar. E que essa revisita possa contribuir para a luta política e intelectual hoje por um mundo mais democrático, mais justo e mais plural.

Ainda associado a essas questões, eu gostaria para encerrar de fazer uma menção a discussões que têm surgido – ou de certa maneira ressurgido - ultimamente sobre a etnografia. E para poder ser breve vou apenas fazer referência curta, sem fazer justiça ao conjunto de sua argumentação, a um artigo provo-

cativo de Tim Ingold publicado recentemente e que desenvolve opiniões anteriormente apresentadas por ele de modo assistemático. O título do artigo poderia ser traduzido frouxamente como “Chega desta conversa sobre etnografia!” (“*That’s enough about ethnography*”, *Journal of Ethnographic Theory* 4(1): 383-395). Trata-se de artigo polêmico e instigante, e eu recomendo a sua leitura, mesmo quando for apenas para ajudar a esclarecer nossa própria posição a respeito dos assuntos discutidos. O incômodo inicial de Ingold advém da tendência nos últimos anos ao uso indiscriminado da noção de etnografia. E em segundo lugar advém do que lhe parece uma confusão entre trabalho de campo, etnografia e antropologia. Mas creio que para nós aqui o ponto central a destacar é a sua insistência em separar radicalmente a etnografia da antropologia, o que embora possa parecer chocante diante de toda a nossa tradição e prática, creio que merece consideração devido à sofisticação e atualidade do argumento. Em síntese ele acredita que a etnografia esteja voltada para o passado, ao passo que a antropologia deve ter uma perspectiva prospectiva, aproximando-se do que já denominara uma filosofia com gente dentro. Ambas são necessárias, mas a etnografia não deveria ser vista como o centro da atividade do antropólogo. E a questão das diferenças por sua vez também não teria cientificamente a relevância que tem tendido a lhe ser atribuída.

Sem pretender aqui tratar deste assunto em sua inteireza, eu diria que embora de maneira alguma Ingold desvalorize a etnografia, que até impregnaria como *métier* o modo de pensar da antropologia, fazendo com que ela não se confunda com uma fi-

losofia convencional, a sua é uma visão restrita de etnografia. Etnografia a que a meu ver se deveria na verdade estender a sua estimulante caracterização da antropologia como prática de educação (do próprio antropólogo, sobretudo), até por intermédio dos seus *co-partícipes*, tal como aliás está-se referindo no texto de lançamento da coleção de que faz parte este meu *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária* em sua nova edição. E aí eventualmente com a mediação da solidariedade a suas lutas concretas e, até, na ampliação do seu escopo para além dos humanos. E digo que se trata de uma visão restrita, e, portanto, não simplesmente limitada, porque não deixa de tocar em algo que é de fato fundamental na etnografia. Algo, no entanto, que poderia ser encarado em sua positividade e de que não devemos fugir ao realizarmos as críticas necessárias às más etnografias. Más etnografias que sempre existiram e parecem de fato proliferar com a atual burocratização do ensino universitário e a difusão descontrolada da noção de etnografia. Críticas realizadas no passado, por exemplo, aos chamados “estudos de comunidade”; e que hoje se fazem igualmente por várias vias, como a das etnografias *multissituadas*, que precisam, porém, evitar jogar fora a criança junto com a água para não perderem esse algo de essencial. Sempre pensei os meus trabalhos “localizados” e os de meus alunos e colaboradores como uma perspectiva a partir da qual se poderia enxergar um *além*. Mas, sobretudo, creio que é necessário, ao invés de supor que a etnografia nos afastaria dos grandes debates públicos e da ciência – como pensa Ingold - envolvermo-nos - tal como ele preconiza - mais ousadamente na revi-

são da própria ciência e dos debates em curso. Revisão, no entanto, a que ao contrário dele, creio que as etnografias poderiam contribuir decisivamente. Até na direção de uma globalização outra, alternativa, como ainda informalmente sugere Amir Geiger: uma globalização das etnografias em mais de um sentido. Ou seja, concordo com Ingold que a antropologia no seu conjunto – sobretudo a partir de seus centros consagrados, acrescentaria eu – está devendo à sociedade uma intervenção mais decisiva nesses debates e na revisão dos próprios paradigmas científicos. E ele próprio tem indicado com extrema acuidade pontos decisivos do que poderia ser uma contribuição partida da antropologia. Só que creio que apesar de nossas debilidades, a etnografia, paradoxalmente, pode ser um dos pivôs dessa intervenção, plenamente compatível – a meu ver, mas em desacordo com outros colegas - inclusive com um viés filosófico por sua vez revisto. Eu mesmo já me referi aos nossos *abusos* da diferença, ainda talvez associados aos dualismos a que já me referi. Mas continuo a achar que a diferença, tratada de modo não dualista, não se opõe às generalizações. Embora possa sugerir uma inversão provocativa das (o)posições usuais, que não deixa de ter algo de irônico.

O filósofo Espinosa associava as leis gerais ao que ele denominava de segundo modo de conhecimento, o das chamadas *noções comuns*. Mas o terceiro e, por assim dizer, decisivo modo de conhecimento representava um *retorno* às singularidades, talvez no que pudéssemos considerar uma *segunda ingenuidade*, valorizando mais do que o próprio Espinosa as potencialidades e transformações da *imaginação*, que

ele restringia a um primeiro modo de conhecimento. Não por acaso esse terceiro modo de conhecimento teria a ver de um modo racional com a intuição. E a intuição nos remete à poesia, a que bons antropólogos (inclusive Ingold neste artigo) têm associado o nosso mister. Por isso eu termino com palavras do poeta matogrossense Manoel de Barros no seu poema “Retrato do artista como coisa”, que eu preferia que se chamasse, utilizando palavras suas, “as soberbas coisas íntimas”. Palavras que talvez possam expressar melhor do que eu o que haveria de essencial no nosso *métier*, que afinal talvez de fato não seja só nosso, porque é vital:

“Aprendo com abelhas do que com aeroplanos.

É um olhar para baixo que eu nasci tendo.

É um olhar para o ser menor, para o insignificante que eu me criei tendo.

O ser que na sociedade é chutado como uma barata – cresce de importância para o meu olho.

Ainda não entendi por que herdei esse olhar para baixo.

Sempre imagino que venha de ancestralidades machucadas.

Fui criado no mato e aprendi a gostar das coisinhas do chão –

Antes que das coisas celestiais.

Pessoas pertencidas de abandono me comovem: tanto quanto as soberbas coisas íntimas.”

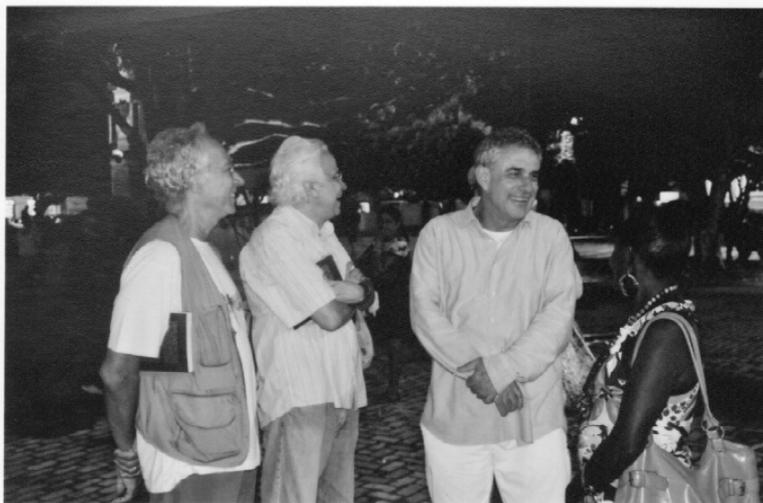
Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui com vocês hoje.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DO LANÇAMENTO DO LIVRO “Expansão e Estrutura Agrária. Estudo do processo de Penetração numa área da Transamazônica”.



Da direita para a esquerda: Manoel da Conceição, Moacir Palmeira, Helciane Araújo, Otávio Velho e Alfredo Wagner. Livraria do Largo São Sebastião. Manaus.





Da direita para a esquerda: Dona Nice Machado Aires, de Penalva (MA), Alfredo Wagner, Moacir Palmeira e Otávio Velho. Manaus.



Da direita para a esquerda: Otávio Velho, Alfredo Wagner, Terri Aquino e Jo. Manaus.



FRENTES DE EXPANSÃO E
ESTRUTURA AGRÁRIA

Estudo do processo de Penetração numa área da Transamazônica - 3ª edição

OTÁVIO GUILHERME VELHO

Otávio Velho

MAIS REALISTAS DO QUE O REI

Ocidentalismo, religião e
modernidades alternativas





MEMORIAL³
Otávio Velho

I should not talk so much about myself if there were anybody else whom I knew as well. Unfortunately, I am confined to this theme by the narrowness of my experience.

HENRY THOREAU, 1854

Introdução

Quando venci pela primeira vez minhas resistências e escrevi um artigo para jornal, reporteime ao que me parecia ser uma tendência de nossas elites a um suspeito “esquecimento” do passado. Dizia:

Nas poucas linhas de um artigo de jornal, gostaria de sugerir ter essa atitude a ver com uma certa ideologia da modernidade que, embora tomando os países centrais como modelo, acabou tornando-se ‘mais realista do que o rei’. Assim, é como se o encontro com o destino devesse se fazer por uma espécie de fuga para a frente, queimando as pontes e acionando um mecanismo de negação, talvez dada a grande tentação de retorno.

Não terá chegado a hora da verdade? Do reconhecimento de que qualquer mudança

3 Este Memorial foi publicado no livro de Otávio Velho intitulado *Mais Realista que o Rei - Ocidentalismo, religião e modernidade alternativas*. Rio de Janeiro. Topbooks ed. 2007

supõe não a negação, mas a capacidade de se enxergar, até para poder mexer as pedras do tabuleiro? (Velho, 1992a)

Castigo vem a cavalo. Mal suspeitava que talvez já estivesse me referindo também a mim mesmo, e num plano pessoal - o que se evidenciou em brevíssimo espaço de tempo, com meu embaraço quando se colocou a questão de preparar um *memorial*. Realmente, pensando bem, creio que minha posição diante de minha própria "obra" sempre foi essa. Lembro a propósito - e mesmo esse lembrar já é um esforço de reversão - da atitude com que redigi, em 1980, o prefácio à segunda edição de *Frentes de Expansão e Estrutura agrária*. Praticamente pedia desculpas aos leitores e garantia que essa seria a última vez que perpetraria uma reedição. E assim me explicava:

.. creio que o que tem de melhor vai sendo absorvido em outros trabalhos, meus e de outros. Creio também que não pode ser outro o desejo de um autor.

Havia algo mais, por trás dessa bela racionalização, respaldada (e, talvez, ameaçada à sua revelia) por alguns *alter egos*, como o professor Castro Faria, contrário (mas, creio, em casos de intervalos de tempo mais longos) a reedições não acompanhadas de um esforço crítico. Alguns motivos poderiam ser arrolados, como o sentimento de que olhar para trás, como ao andar de bicicleta, compromete o prosseguimento do percurso - aliás, o equilíbrio mesmo - e revela uma espécie de caduquice intelectual. Sem que-

rer entrar em introspecções egóicas, acho que avulta entre os motivos uma visão positivista-evolucionista a perdurar além do que meus posicionamentos teóricos levariam a crer.

Resta a coincidência do momento em que um exercício de memoralística se impôs por razões institucionais com aquele em que essa visão de “fuga para a frente” já começava a ser por mim questionada. E digo isso sem intenção de cair de novo (o que seria paradoxal) na linguagem fácil das “superações”. Pois uma coisa que esse voltar-se para trás me traz (agora, como novidade) é efetivamente certa humildade em reconhecer que em boa parte do percurso, quanto mais autêntico pensava estar sendo, mais era *sintoma*. Sintoma de um momento, de uma perspectiva compartilhada (e de uma geração). Agora, de novo, o mesmo se repete, o memorial como gênero podendo talvez em breve oferecer material original de pesquisa. Repete-se, porém, não só em função de um impasse social e político mais geral, a que me referia no artigo de jornal, mas no plano específico da nossa produção, parecendo favorecer a disponibilidade para um exercício como este.

Nesse plano, há que se reconhecer a influência da hermenêutica filosófica e sua presença na antropologia, indissociável entre nós dessa outra presença, tão constante para mim, que é a de Roberto Cardoso de Oliveira. Creio, no entanto, que não é só isso que vai nessa direção e faz parte das minhas referências atuais, marcando pois este memorial. Mas espero que isso fique mais claro *in acto*.

Muito tradicionalmente, portanto - como o permitem de novo essas referências -, pretendo come-

çar por uma contextualização da “obra” escrita. Mais como depoimento do que outra coisa. A seguir, ampliando um pouco o escopo, pretendo explicar algumas circunstâncias que cercaram a minha trajetória, fiel ao primeiro sentido registrado nos dicionários para *obra*: efeito do trabalho ou da ação⁴. E concluirei com um breve exercício de verificação se para além dessas contextualizações sobra algum texto, no sentido forte.

Minha intenção é que este texto se faça razoavelmente desguarnecido; o autor fugirá à tentação de ficar obsessivamente grudado no leitor, preenchendo todos os espaços, sobrecarregando-o. Ao começar a pensar na redação, tive dificuldade em me situar no *gênero*, minha única experiência anterior tendo sido a participação na banca de livre-docência de Carlos Brandão (1987) na Unicamp. Talvez já tomado pelo espírito memorialístico, consultei uma voz, grave, do passado e do presente: meu antigo professor na PUC, posteriormente colega no Conselho Técnico-Científico da Capes, Francisco Falcón. Na ponte aérea para Brasília, Chico me falou do que em sua experiência observara ser uma tendência entre os memoriais - originalmente simples currículos comentados - a evoluírem para peças cada vez mais literárias (como o fora, aliás, o do Brandão, com seu talento inimitável). Chico sobretudo sugeriu, nesse panorama, certa liberdade na escrita, e a disposição de aproveitar o momento para uma reflexão que, trazendo satisfação, vá além do atendimento a uma exigência formal. Espero que ao deixar “fluir a pena” possa acertar no

4 Mais fiel também, por coincidência permitida por sua maior extensão, ao sentido de memorial presente, por exemplo, no *Memorial de Aires*: aproximando ao modelo da autobiografia, propriamente, o de memórias

tom. A análise dos pressupostos, dos critérios de seleção, enfim, do que seja memorável, fica em boa medida, se houver interesse, para outros⁵.

Sintoma

Começando por analogia com o gênero dos relatos autobiográficos e uma rendição à cronologia⁶, embora não à crônica (White, 1991), diria que “tudo” começou com um artigo publicado em 1966, na revista *Cadernos Brasileiros*: “O cientista social brasileiro.” É claro que na verdade nada começou aí. Mesmo restringindo-me à anterioridade textual, sinto a presença, nesse artigo, de outro trabalho, escrito menos de dois anos antes e não publicado - meu discurso de orador na formatura da turma de 1964 da Escola de Sociologia e Política da PUC do Rio de Janeiro, a Turma Florestan Fernandes. Florestan, esse sim, publicou seu discurso de patrono (Fernandes, 1968), carregado, como o meu próprio, pelos acontecimentos do ano de 1964, sobretudo seus reflexos na atividade universitária.

Relendo hoje esse primeiro artigo, pareceu-me ter realmente certo caráter emblemático e fundador, merecendo portanto alguma atenção nesse panorama necessariamente desigual e fragmentário que me proponho a traçar. Mesmo porque, é o primeiro daquilo que se pode ex post caracterizar como uma

5 Em busca de inspiração, além do memorial de Brandão (1987) consultei por gentileza de Francisco Falcón e Ricardo Benzaquem os de Arruda (1985), Boschi (1991) e Resende (1991).

6 Rendição relativa, como se verá, posto que temperada, na narrativa mesma, por uma distinção entre diferentes ‘dimensões’ de atividade e por um último capítulo que segue outra lógica, mais especulativa, E não esquecendo que uma opção por privilegiar temáticas não estaria mais imune aos riscos da naturalização.

subsérie de trabalhos cujo cunho reflexivo não é estranho à natureza de um memorial. Minha atitude diante dele tem algo de um pai diante de um filho (ou deveria dizer o contrário?). Para começar, menos canhestro do que eu, 26 anos depois, esperava (pelo menos por aí já se questionando uma espontânea visão evolucionista da trajetória). E figurando no que era “realmente uma revista de cultura” de “alta qualidade literária” (nas palavras de Alceu Amoroso Lima, na contracapa daquele mesmo número), dirigida por Afrânio Coutinho.⁷ Infelizmente, constato que ela e boa parte das outras revistas e periódicos nacionais em que eu e meus colegas começamos (*Revista do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; América Latina, do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais; Encontros com a Civilização Brasileira, etc.*) estão mortas e enterradas. Sem falar, em muitos casos, das instituições que as abrigavam.

Também pela primeira vez, agora, dei mais atenção à ilustre companhia - Raul Bopp, ⁷Clarival do Prado Valladares, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Nejar - que na ocasião pouca importância tinha para mim, por estar eu juvenilmente convicto da superioridade da ciência social. Raul Bopp, aliás, em artigo (“Diário da Antropofagia”) que, ao folhear a revista, me prendeu e fascinou, e que lamentei não ter lido um pouco antes, na ocasião em que um aluno, em dissertação, abordara a polêmica entre Alceu

7 A oportunidade de criação da revista surgira, então, através do editor Vicente Barrete: I I nela tiveram lugar, também, artigos de estréia de dois colegas de turma, igualmente premonitórios: Moacir Palmeira falando de clientelismo político no Nordeste, e Luiz Antônio Machado da Silva, de política na favela. Outros jovens colegas escreveriam também, na época, em *Cadernos Brasileiros*, como Gilberto Velho, Amaury de Souza e Wanderley Guilherme dos Santos.

Amoroso Lima e Oswald de Andrade (Geiger, 1992).

Mas, “naquele tempo”, em certo sentido o artigo era contra eles. Ou, pelo menos, contra o que eu chamava “o padrão bacharelesco de trabalho intelectual”, saco em que cabiam tanto eles quanto aqueles contra os quais se haviam posicionado os modernistas. E só mais tarde fui descobrir (Velho, 1983) que Oswald, por sua vez, apelidara o grupo de Florestan Fernandes, meu herói intelectual, de nada mais nada menos que “chato-boys”.

É inevitável, portanto, sentir um sabor de “luta de gerações”. Falava em nome de uma ciência social nova, renovadora, cuja afirmação estaria “na dependência do processo de desenvolvimento econômico, que não só possibilita seu surgimento, mas vai aos poucos exigindo o seu concurso”.

Exigindo o seu concurso... O texto era também profundamente associado ao desenvolvimentismo. E a certo corporativismo, a que não devia ser estranho o fato de, pouco antes, o Movimento de 64 me ter colhido como presidente (o segundo, sucedendo a Bolívar Lamounier, de Minas Gerais) da Executiva Nacional de Estudantes de Sociologia e Ciências Sociais (ENESCS), que portava a bandeira da “regulamentação da profissão de sociólogo” como seu carro-chefe. Em parte como mecanismo de mobilização; mas também por convicção.

Datado? Sem dúvida. Mas é curioso como hoje estou mais próximo de algumas de suas posições do que, por exemplo, há dez anos. O que sugere um movimento em espiral (que não deve ser confundido com uma trajetória helicoidal- ainda progressivista, dialética), bem como a ausência de uma articulação

necessária (ao contrário do que sugeria a retórica) entre as várias “teses”. O desenvolvimentismo caducou (e eu chegava a dizer que “difícilmente alguém se colocará contra o progresso tecnológico e das ciências naturais”!); também declinou, até certo ponto, o “alto grau de confiança no homem concreto e nas possibilidades da ciência e da razão humana” com que triunfalmente o texto se concluía. Apesar disso, hoje estou (e não só eu) de novo mais próximo de reclamar da subordinação a uma “metodologia derivada de uma ciência natural abstrata, idealizada” do que o estava num momento seguinte àquele, quando àquela posição sucederam a onda estruturalista e o marxismo positivista associado a Althusser. Mais próximo também a um certo tom “existencialista” do artigo (lembre-se a influência, na PUC da época, do existencialismo cristão de Gabriel Marcel e Mounier), que Foucault e outros, com sua crítica do sujeito, nos fizeram abafar. E, afinal, mais próximo igualmente de alguma rendição à cronologia, que o atual reconhecimento do primado da narrativa não nos deixa associar a uma ingenuidade ideológica ou “pré-científica”.

Talvez mereça, ainda, ser assinalado que esse artigo teve origem num primeiro contato com uma instituição com a qual eu e minha geração de cientistas sociais cruzaríamos e à qual viríamos de várias formas a nos ligar: a Fundação Ford. Contato esse, aliás, não de todo inexpressivo para uma história a se fazer da Ford no Brasil, já que daí surgiram, a pedido de Peter Bell, um primeiro levantamento de cientistas sociais brasileiros e um relatório, que serviram de referência à Fundação, então iniciando sua política

de aproximação aos cientistas sociais do país. E que inspiraram o artigo, com seu tom ou teor um tanto defensivos, ao alertar para os riscos da “internacionalização”. Imagino que esse material ainda exista.

Diante do meu segundo artigo (“Análise preliminar de uma frente de expansão da sociedade brasileira” [Velho, 1967]) e de vários outros que se seguem, encontro-me numa situação embaraçosa. É que de certa forma já foram objeto de uma espécie de memorial: um texto de vinte páginas que serviu de introdução a uma coletânea (*Sociedade e Agricultura* [Velho, 1982]). O que me desobriga de uma série de considerações (remeto, então, à leitura de “A propósito da publicação de uma coletânea” [Velho, 1982a]), mas também me obriga à revisão de outras, adição de novas e, *last but not least*, a um memorial do memorial, já que aquele primeiro também deve ser incorporado.

Mas como, memorial? Se logo de saída aceitei, ou antes assumi a “fuga para a frente” como tendência que me caracteriza(va)? É porque, em certo sentido, tratava-se de uma espécie de antimemorial, ainda sob a influência do mesmo etos que levou aos famosos “cortes epistemológicos”. E a um certo culto das rupturas, talvez mais insidioso que o tradicional, das continuidades. Não que rupturas não se dessem e não fossem importantes, mas havia uma espécie de *apriorismo* na sua afirmação, que emblematicamente encimava o texto na forma de uma epígrafe retirada do *Simpósio de Platão*⁸.

8 “Não, até na vida do mesmo indivíduo existe sucessão, e não unidade absoluta: um homem é considerado o mesmo, e entretanto no curto intervalo que decorre entre a infância e a velhice, e durante o qual se diz que todo animal possui vida

Talvez esse fosse um momento (teórico) mais tranquilo, em que era possível com alguma sofisticação fazer certas afirmações com maior segurança do que hoje. Mas em relação a uma das rupturas - não apenas afirmada, mas praticada - o sentimento de importância e a simpatia certamente permanecem: a provocação para que ultrapassássemos uma tendência excessiva (sobretudo entre os “especialistas” em estudos rurais) a um estreitamento de perspectivas que já era denunciado no meu primeiro texto e realizado nos seguintes. Havia, nessa espécie de primeiro memorial, um chamamento a uma reintegração num campo mais amplo de questões culturais; o que, aliás, levou em resenha a uma simpática reclamação por parte de uma comentadora (Suárez, 1984), como que me defendendo de mim mesmo.

Mas retornando ao texto que inicia essa série (isto é, meu segundo artigo publicado) - “Análise preliminar de uma frente de expansão da sociedade brasileira” -, a primeira coisa a constatar é que mudou a companhia. Ela é agora de Roberto Cardoso de Oli-

e identidade, ele está passando por um processo perpétuo de perda e reparação - cabelo, carne, ossos, sangue e todo o corpo estão sempre mudando. E não só no corpo se dão as mudanças, mas também na alma, cujos hábitos, temperamentos, opiniões, desejos, prazeres, dores, medos jamais permanecem os mesmos em qualquer um de nós, mas estão sempre indo e vindo; e isso também ocorre no conhecimento. E o que é ainda mais surpreendente para nós mortais, não só as ciências em geral surgem e decaem em nós, de modo que em relação a elas não somos jamais os mesmos: mas cada uma delas individualmente experimenta igual mudança. Pois o que está suposto na palavra ‘relembra’ senão o distanciamento do conhecimento que está sempre sendo esquecido e é renovado e preservado pela lembrança, e parece ser o mesmo embora na realidade seja novo, de acordo com a lei de sucessão pela qual todas as coisas mortais são preservadas, não absolutamente as mesmas, mas substituindo continuamente o que desaparece e envelhece por outra coisa nova e semelhante - ao contrário do divino, que é sempre o mesmo e não outro?”

Realmente especial, já que em matéria de periodicidade cobria todo o período janeiro- dezembro de 1967.

veira (RCO), Roberto da Matta, Roque de Barros Laraia, Maria Stella de Amorim (falando dos Maxakali, bem entendido). Era praticamente um número especial da *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, ocupado pelos antropólogos do Museu Nacional, que continha ainda uma apresentação de Evaristo de Moraes Filho, anunciando a criação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ como sucessor do antigo Instituto. Minha participação afirma a integração nesse grupo da Divisão de Antropologia do Museu Nacional⁹, a partir de uma posição de assistente de pesquisa (e já então bolsista do CNPq) no projeto “Estudo do Colonialismo Interno no Brasil”, de responsabilidade de RCO. Marca também o primeiro resultado de uma pesquisa de campo na região de Marabá, no Tocantins paraense, que tão presente estaria em minha vida nos anos seguintes. A primeira viagem de pesquisa foi inesquecível, feita com Roque Laraia, meu “introdutor” no campo (na ida, tivemos a companhia da jovem família da Martta, até descerem, em Tocantinópolis, do velho DC-3 saído de Goiânia). Incluiu duas semanas na aldeia Suruí e - primeira de uma série - muitas peripécias a cavalo, travessias de rio, corredeiras, mosquitos, desconforto, estradas poeirentas (ou lamacentas), higiene improvisadas, pensões barulhentas, gafes, piadas, gozações; enfim, tudo que permite, quando a gente se reúne, reafirmar o pertencimento à “tribo” Por isso sou eternamente grato ao Roque e tento, apesar de tudo, “passar adiante a mensagem”.

Ser parte da tribo significava, naquele momento, entre outras coisas, uma posição na divisão de traba-

⁹ Realmente especial, já que em matéria de periodicidade cobria todo o período janeiro- dezembro de 1967

lho, tal como RCO era mestre em idealizar. Anteriormente à minha chegada, ele introduzira e desenvolvera a noção de “fricção interétnica”, o que o levava necessariamente a uma atenção às “frentes de expansão” da sociedade brasileira - atenção subordinada, naquele momento, à noção de “colonialismo interno”. E eu, bacharel em sociologia, fui escalado para pegar essa ponta do contato, em região onde o grupo já trabalhava (não só Laraia, mas também Matta e Júlio César Melatti). E essa entrada na antropologia por via da sociologia, como se verá, marcou boa parte da minha trajetória.

Nesse texto, produzido imediatamente após a volta e por estímulo de RCO, o que agora mais me chama a atenção (afora o fato de conter um embrião da dissertação de mestrado) é já estar nele presente uma tensão que, de uma forma ou de outra, percorre meus trabalhos: entre os estudos localizados e as intenções generalizantes.

Creio que o terceiro trabalho (“O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro” [Velho, 1969]) fecha o conjunto inicial que eu quis aqui assinalar por seu significado fundador. Sua publicação em América Latina é testemunha da relação privilegiada do já então Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (ou PPGAS) do Museu Nacional (UFRJ) com o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS). Para mim, pessoalmente, o artigo significava, na passagem para o Museu Nacional, a manutenção de minha relação com o professor Manoel Diegues Jr., meu introdutor como profissional da antropologia, e de quem eu, recém-formado, fora assistente na PUC. Mais uma vez,

assinale-se aqui a tensão entre os estudos de campo antropológicos e as preocupações generalizantes, estas representadas, no caso, por *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Jr., obra então recém-lançada e muito comentada e lida por nós em grupos de estudos informais. E por esse viés a preocupação com as questões brasileiras e a política, que mais tarde Mariza Peirano (1980) assinalaria como não só característica da antropologia brasileira em geral, mas particularmente minha, já que seria transformado no personagem “mais jovem” (após Antônio Candido, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, RCO e Matta) da sua tese de doutorado em Harvard.

Assim como o segundo trabalho introduziu a noção de *frentes de expansão*, de permanência duradoura nos anos seguintes, esse terceiro introduz a de *camponês*. De maneira geral, trata-se do encontro de uma literatura antropológica com outra, de origem política. Até então, a noção de camponês, embora já comum na política, pouco comparecia na antropologia brasileira, embora fosse clássica na antropologia norte-americana que estudava o México e a América Central. Pode parecer insólito, mas a inclusão, no recém-criado PPGAS, de uma disciplina de *Sociedades Camponesas* (hoje, um dos nossos carros-chefes!) causou polêmica, soando para alguns como uma importação indevida. O que não deixava de ter analogia com a discussão política sobre a existência ou não do campesinato entre nós.

Esse terceiro trabalho também representou para mim a incorporação de uma “influência”: a do estruturalismo (embora não na sua versão “ensaística”), por via da noção de *modelo*. Extremamente forma-

lista, a visão expressa no artigo seria alterada significativamente em trabalhos seguintes, sobretudo a concepção que marginalizava o camponês, refletindo a posição de Caio Prado e de outros no campo intelectual. A alteração que se daria a seguir teve a ver com uma mudança na própria estrutura narrativa subjacente, semelhante ao que Edward Bruner (1986) identificou, na antropologia, em relação ao índio norte-americano. Todavia, lá estava o camponês, e o “modelo” parecia “pôr ordem” na questão. Foi bastante utilizado em cursos de graduação e hoje vejo que atendia, na época, a certa demanda por cientificidade. Esse foi o primeiro de meus trabalhos a trazer a curiosa experiência de ver sua circulação e utilização ganharem autonomia em relação à trajetória do meu próprio pensamento.

Talvez haja ainda um ponto de outra ordem, e menos evidente, que mereça ser assinalado. E que tem ainda (ou sobretudo) a ver com o estruturalismo. É o surgimento, no centro mesmo da *démarche*, de uma oposição binária - no caso, camponês-proletário. Isso é novidade, se compararmos com a referência à dialética e à síntese, no primeiro texto. Creio que também fazia parte de uma tendência que aos poucos foi naturalizada entre nós. Porém mais duradoura, já que, não sendo de natureza substantiva, constituía como que parte de uma estética e de uma lógica.

Esses dois trabalhos (“Análise preliminar ...” e “O conceito de camponês...”) foram produzidos numa fase muito intensa de ressocialização intelectual, ligada à minha entrada no Museu Nacional como “estagiário” (setembro de 1966), aos prolegômenos da criação do PPGAS e seu curso de mestrado (concreti-

zada em agosto de 1968) e à experiência como aluno da sua primeira turma. Decisivos foram inicialmente o contato com RCO, um seminário sobre organização social e parentesco ministrado por Roque Laraia (de que participamos um núcleo de recém-formados que depois estaríamos juntos no mestrado) e leituras vorazes introdutórias à moderna antropologia, ao estruturalismo e aos debates da época, nos quais avultava a oposição entre antropologia social e antropologia cultural, que legitimava a presença dos “sociólogos”. E, a seguir, toda a experiência do mestrado. Que para mim foi intensa, mas acelerada e relativamente breve. Havendo iniciado o curso em agosto de 68, no final de 1970 estava com a dissertação aprovada. E, motivo de orgulho para mim: foi a *primeira* dissertação defendida no PPGAS.

RCO, agora também meu orientador, foi o principal responsável por esse ritmo, o que me faz pensar que não é inteiramente correta a visão de que o esforço de encurtamento de prazos na pós-graduação é recente. Certamente, um dos fatores que permitiu um mestrado rápido foi a existência de um projeto de pesquisa integrado: “Estudo Comparado Nordeste – Brasil Central”, de responsabilidade de RCO e David Maybury-Lewis. Esse projeto marcou os rumos intelectuais do Programa e de muitos de seus participantes; no seu ramo “Brasil Central” (terminologia que depois desapareceria), ele guardava continuidade com um projeto anterior: o chamado Projeto Harvard - Museu Nacional, de estudo dos Grupos Jê. Ao mesmo tempo, teve muitos desdobramentos na antropologia brasileira em sua inflexão para o estudo das chamadas “sociedades complexas”, num modo

que se pretendia diferente dos antigos estudos de comunidade. Em sua dinâmica concreta e cotidiana, o projeto criou, no plano pessoal, uma inter-relação muito intensa, em que avulta para mim a figura da professora Francisca Isabel S. Vieira (depois, Keller), a responsável pela equipe do Brasil Central e pela nossa subequipe (com Wagner Neves Rocha e Cláudia Menezes), e que se responsabilizou pelo trabalho na área Norte, no encontro de Goiás (hoje, Tocantins), Maranhão e Pará, tendo como referência a Belém-Brasília. Foi, de fato, uma experiência única, que para mim permitiu alargar a experiência inicial na área de Marabá-São João do Araguaia. E embora a maior parte do tempo tenha operado sozinho (a primeira vez dessa experiência, necessária, da solidão no campo), havia um sentido de equipe que se materializou na alegria e camaradagem do nosso reencontro em Imperatriz (MA); além da passagem de todo o grupo por Brasília, com o apoio logístico de Roque Laraia, nesse ínterim transferido para a UnB10.

Mas outra razão para o prazo curto talvez tenha a ver com a concepção do que seja uma dissertação de mestrado. Sobretudo com sua diferenciação em relação a um trabalho publicado. No meu caso, é importante frisar que o texto afinal publicado - *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária* - não é igual ao da dissertação defendida. Muito me beneficiei dos comentários da banca (então feitos por escrito; recebi-os na Inglaterra, onde já iniciava o doutorado), formada por RCO, David Maybury-Lewis e Francisca I. S. Vieira. E, mesmo, de um novo trabalho de campo. A

10 Existem algumas fotografias que documentam essa e muitas outras ocasiões; parte delas foi utilizada na exposição comemorativa dos vinte anos do PPGAS, em 1988.

ponto de Matta um dia ter comentado que algumas das notas acrescentadas estavam entre as melhores coisas do livro. Eram, em geral, referências etnográficas do gênero a que eu, na minha lenta socialização antropológica, só aos poucos fui dando a devida importância, tendo sido preciosas muito mais tarde, quando propus uma reanálise do meu material sob perspectiva bem diversa, em "O cativo da Besta-Fera" (Velho, *1987). O que sugere que muitas vezes as etnografias têm, de fato, valor mais duradouro que as "teorias".

Em seu conjunto, o trabalho é um compromisso (no sentido inglês) entre um "olhar antropológico" e preocupações sociológicas e políticas; é também, de certo modo, um diálogo crítico com os economistas sobre o significado da pequena agricultura, bastante marcado naquele momento pela terminologia econômica. Como livro, acabou tendo certa repercussão, a que não é estranha a (re)descoberta então, pela mídia e a opinião pública, da região geográfica estudada, em função da construção da Transamazônica, e da atividade guerrilheira (ambas iniciadas quando a pesquisa já estava em curso). Mas esse interesse público é posterior à pesquisa inicial - tanto que o editor do livro manifestara, poucos anos antes (conforme relato no prefácio à 2ª edição, de 1981), estranheza por uma pesquisa realizada em local tão remoto e ignoto. Questionamento a que nunca fui insensível, e que talvez explique a obsessão por combinar o trabalho de campo com referências mais gerais.

Os trabalhos que se seguiram estão ligados à mesma problemática da "fronteira" e da pequena agri-

cultura, a que aos poucos se soma a questão do autoritarismo. Os artigos estão reunidos num volume já referido – *Sociedade e Agricultura*, que foi objeto da resenha de Suárez (1984). De certa forma, a questão do autoritarismo, explicitada aos poucos, já está presente no próprio caráter de “defesa” da pequena agricultura, necessária diante das incompreensões teóricas, das políticas governamentais e dos conflitos sociais. E que empresta a essa literatura, como já referido em relação à dissertação de mestrado, um sentido de “compromisso” entre vários objetos e públicos, acadêmicos e não-acadêmicos. Tal defesa se integrava, além disso, a um campo de discussões, então crescente.

Um reforço teórico importante nessas disputas foi o contato com a obra de A. V. Chayanov, pensador russo do começo do século XX, e com a de outros autores, a ele ligados ou que, posteriormente, e sobretudo na Europa do Leste, tentaram compatibilizar as suas contribuições com a tradição marxista - o que exigiu consideráveis torções. A recuperação dessa literatura no Ocidente, e particularmente na Inglaterra, coincidiu com minha ida para a Universidade de Manchester¹¹, e creio poder dizer que fui, então, o introdutor de Chayanov em nosso meio, apesar de nos anos seguintes ter sido menos fiel à sua obra que outros colegas.

Outra característica da produção nesse período, e que tem a ver com as questões precedentes, está no tipo de publicações em que circulou. Os debates públicos de natureza política e a incipiência dos

11 Meu próprio orientador, Peter Worsley, teve papel logístico decisivo no apoio a esse esforço, que foi em boa parte conduzido por figuras que se associariam à Universidade de Manchester, como Teodor Shanin e Boguslaw Galeski.

periódicos estritamente acadêmicos acentuaram a importância das “revistas de cultura”, de natureza mais geral- como a conhecida *Encontros com a Civilização Brasileira*, onde publiquei duas vezes. Outros trabalhos apareceram em publicações voltadas para o candente debate sobre o campo nos anos 70, como *Reforma Agrária*. Também entrevistas e participações em debates (em ambientes como, por exemplo, o Teatro Casa-Grande, no Rio, e, em São Paulo, recém-surgidos centros independentes de pesquisa, como o Cebrap e o Cedec) por vezes encontravam o caminho da publicação (Velho, 1979a).

Embora no meu caso esse tipo de presença na cena pública nunca tenha ultrapassado certos limites, merece registro por testemunhar uma época. Também no interior da academia organizaram-se eventos que tinham preciso significado político nas tentativas de “abertura”. Foi o caso do mais grandioso de todos, a Conferência de História e Ciências Sociais, realizada na Unicamp em maio de 1975, e que chegou a ser matéria de capa da revista *Veja*. Fiz parte da mesa-redonda central do evento, juntamente com Maria, Isaura Pereira de Queiroz, Boris Fausto e Verena Martinez-Altier, debatendo um trabalho apresentado por Eric Hobsbawm sobre campesinato. Graças talvez (ao menos em parte) a minhas petulantes críticas, inaugurei então uma relação pessoal com o ilustre historiador - uma amizade que perdurou e que muito me marcou intelectual e afetivamente.

Evidentemente, todo esse complexo quadro deve ser levado em consideração numa avaliação mais detida da produção desse período.

Esses textos, de um modo ou de outro, posteriores

ou anteriores à tese de doutorado, têm a ver com ela e com sua versão em livro. Um deles (“Campesinatos e política” [Velho, 1978]) foi resposta a uma competente resenha feita por Moacir Palmeira e publicada logo no primeiro número do *Anúario Antropológico* (Palmeira, 1977).

O doutorado se deu em sequência imediata ao rápido mestra do e em relação direta com o projeto institucional do PPGAS. A dotação inicial da Fundação Ford, além das bolsas de estudo durante o curso (numa época em que ainda engatinhava o apoio das agências brasileiras à pós-graduação em ciências sociais), previa também duas bolsas para o exterior. Uma coube a mim, a outra a Gilberto Velho. Em função de contatos anteriores de RCO com Bryan Roberts (que fizera pesquisa na Guatemala e no Peru), combinamos minha ida para a Universidade de Manchester, notória pelo trabalho em antropologia realizado sob a direção da carismática figura de Max Gluckman. E que possuía a vantagem adicional da minha perspectiva e para o projeto institucional do PPGAS concebido por RCO e Maybury-Lewis - de possuir um departamento integrado de Sociologia e Antropologia.

Ironicamente, para quem por contraste visualiza as instituições inglesas como imutáveis, entre a combinação e a minha chegada o departamento se dividiu. E como Bryan Roberts era sociólogo, fiquei no departamento de Sociologia, separado por um pequeno corredor do departamento de Antropologia. Na verdade, a divisão foi mais política do que acadêmica: meu próprio orientador, Peter Worsley (autor de *The Trumpet Shall Sound*, referência da lite-

ratura sobre milenarismo), era até certo ponto visto como um “jovem rebelde” da antropologia britânica. Clyde Mitchell também foi para o departamento de Sociologia. Nada disso impediu que eu frequentasse alguns cursos no departamento de Antropologia e o seminário integrado de docentes e doutorandos dos dois departamentos, mas certamente influenciou nos rumos da tese. Quando menos, por dar mais espaço para que eu seguisse minhas tendências sociologizantes. Mais, até, do que gostaria, pois imaginava aquela temporada inglesa como um mergulho que eu me impunha na antropologia britânica e na “escola de Manchester”.

Foi assim que meu doutorado acabou sendo em sociologia. Na verdade, a intenção original não era sequer realizar o doutorado em Manchester, apenas passar um ano como “*special student*”. Foi depois de algum tempo (durante o qual certamente fui observado) que do próprio departamento surgiu à proposta de me inscrever no doutorado. Nessas circunstâncias, mais uma vez fiz uma pós-graduação compactada, aproveitando a bolsa (que não tinha originalmente essa finalidade) e a extrema liberdade e gentileza que encontrei.

Em 1970-71, na Inglaterra (Manchester e Londres). Em 1972, de volta para trabalho de campo e redação inicial da tese. Em 1973 (julho-novembro), novamente na Inglaterra, para discussão com o orientador, retoques finais e defesa, após algum turismo enquanto a banca lia a tese. Coincidindo nitidamente com um buraco no currículo em matéria de produção de trabalhos menores, entre agosto de 1968 e novembro de 1973 (5 anos e 3 meses, portanto) um mestrado e um

doutorado, em instituições diferentes.

Como disse no prefácio à tese de doutorado, a experiência em Manchester "... represented for e the possibility of putting the Brazilian moving frontier I had been studying into a comparative perspective"

Isso já havia sido sugerido por Maybury-Lewis nos comentários à minha dissertação de mestra do. Fiel à sugestão, esforcei-me ao máximo por aproveitar nesse sentido a estada na Europa. Ao mesmo tempo, articulei esse esforço a um interesse (de motivação mais estritamente política) pela história da Rússia no século XIX e começo do século XX, associando-a à minha temática de um modo que me permitiu aproveitar não só uma literatura antes desconhecida para mim, como também, embora de forma pouco usual, a literatura marxista da época, sobretudo Lenin e Trotsky. O ambiente acadêmico inglês foi crucial para isso, em termos de acesso à bibliografia e frequência a cursos, inclusive de história da Rússia. Paralelamente, aprofundei um interesse anterior pela fronteira norte-americana (que talvez tivesse a ver com os anos de infância passados nos Estados Unidos). Para isso foi decisiva a descoberta da obra de Frederick Jackson Turner, a partir de sugestão do meu orientador. E o emprego de um livro então recém-publicado, que por certo tempo constituiu verdadeira "bíblia" para mim e que ajudei a divulgar de volta ao Brasil: *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, de Barrington Moore. Foi possível, assim, associar a questão da fronteira ao que denominei modos diversos de articulação entre o político e o econômico, particularmente buscando caracterizar o que seria uma variante autoritária do desenvolvimento capitalista.

O manejo de um “método comparativo” - fundamento metodológico da tese - derivou da frequência ao pequeno seminário de Gluckman (aliás, o último que ministrou antes de se aposentar). Ainda assim, considere que o trabalho se tornara “sobretudo de sociologia política”, apesar de a antropologia manter-se “presente pela ilustração de algumas teses com um certo tipo de material de campo, pela preocupação temática com os campesinatos e principalmente pela aplicação de um método caro a essa tradição acadêmica”. Essa caracterização ainda merecerá comentário neste memorial. Por ora, vale a pena registrar a passagem da tese para livro. No prefácio que escrevi para este (e do qual retirei a passagem citada logo acima), atribuo a publicação ao desdobramento das discussões em que, de volta ao Brasil, participei no Cebrap e no Instituto de Ciências Humanas da Unicamp (para onde estava na época sendo convidado a me transferir), expressando a propósito meus agradecimentos a Fernando Henrique Cardoso e Manoel T. Berlinck. O livro, com efeito, saiu na prestigiosa coleção *Corpo e Alma do Brasil*, da Difel, dirigida por Fernando Henrique. O que teve para mim um sabor todo especial, dados a importância intelectual dos títulos e o caráter emblemático que a coleção tinha desde os meus tempos de escola. Vivi esse fato como verdadeiro rito de passagem a uma nova companhia nas ciências sociais brasileiras¹².

As modificações introduzidas para a publicação não foram muitas, restringindo-se em boa parte à redução das observações sobre o Brasil “para inglês

12 O que se expressaria para mim de outras formas, como na ilustre companhia em que fui colocado numa resenha coletiva por Elisa Reis (Reis, 1980) e na discussão do trabalho de Hobsbawm, já mencionada.

ver” e ao aumento de outras tantas para brasileiro ler, além de mudanças estilísticas introduzidas no próprio ato de versão do inglês para o português. Mas deve ser mencionado um fato importante para o entendimento da época: apesar de o livro manter um tom de certa forma desafiador, não permaneceu incólume ao ambiente político, ao fato de ter eu respondido pouco tempo antes a um processo na justiça militar, à tensão no campo e particularmente à ação guerrilheira na área da pesquisa. Pratiquei uma auto-censura que incidiu especialmente na última seção do último capítulo.

Mas relendo hoje, quase vinte anos após a escrita da tese e mais de quinze após a primeira edição do livro, é importante dizer que sinceramente não me parece que tenha sido prejudicado pelos cortes e adaptações. Talvez, paradoxalmente, tenha ganhado em sutileza e em (relativa) permanência, expurgado de certos arroubos de um desespero entusiástico diante da conjuntura - o qual, no entanto, não deixo de ver retrospectivamente com alguma simpatia.

Como foi a vida “pós-tese”? Em parte e de imediato, um *follow-up*, já mencionado. Mas aos poucos foram se produzindo certas mudanças, que se refletiram, em parte, na diferença de estilos entre a introdução que escrevi ao meu livro seguinte (*Sociedade e Agricultura [Velho, 1982a]*) e os próprios textos aí reunidos - o que, aliás, causou estranheza à resenhadora (Suárez, 1984). Hoje tendo a achar que isso realmente em parte refletia as dificuldades de uma transição

que se prolongou.

Retrospectivamente, essas mudanças talvez possam ser resumidas como uma gradual e relativa retirada do campo de discussão em que estava mais imediatamente envolvido; apesar de até hoje o pertencimento a ele ainda perdurar (secundariamente) como um lado da minha identidade profissional e de cidadão. Essa retirada, por sua vez, teve a ver também com um distanciamento do marxismo, que, mais que um repúdio puro e simples, significou a consciência da necessidade, para *mim*, de um “remédio forte” que me permitisse experimentar o mundo de outras maneiras. Esse foi um processo complicado, por anteceder em alguns anos o que veio se afigurar como uma *débâcle*. A esse distanciamento, contudo, não foram alheios os eventos do período e o estranhamento de certa visão política e existencial; mas de forma complexa, já que até por razões políticas (que abordarei adiante), esse movimento se deu de modo muito solitário. E apesar de *ex-post* sempre ser possível estabelecer algumas continuidades: Peter Worsley, por exemplo, já observara na própria ocasião da defesa que, embora numa primeira leitura a tese aparecesse como marxista, ele a considerava sutilmente weberiana. Sem falar da forte presença da vertente “estruturalista” do marxismo, cujas relações para fora do próprio marxismo são notórias.

Gramsci, que para muitos significou um enriquecimento da perspectiva marxista, visto retrospectivamente foi para mim uma parada, preciosa, antes da saída: parodiando Marcel Gauchet, uma espécie de marxismo de saída do marxismo. Bourdieu, que para muitos representou (assumida ou disfarçadamente)

papel análogo, para mim foi bem menos importante. Na verdade, apesar de utilizar alguns de seus escritos, sempre mantive em nível mais básico uma falta de afinidade com sua linha de trabalho, sobretudo com o modo da sua atividade desmistificadora, que (com todo o respeito pelos colegas que aplicam competente e produtivamente suas categorias como instrumento de pesquisa) mais me parecia remar com a corrente das ideologias dominantes do que contra elas.

Outra continuidade está em que Gramsci representava por outros meios um privilegiamento da “autonomia relativa” da política, que já era central na tese; não só genericamente, mas na preocupação com o rigor na construção da noção de modos diferenciais de desenvolvimento capitalista. E isso, por sua vez, se articularia num passo seguinte à tentativa de aproximação maior com o corpus antropológico por via da chamada antropologia política, sobretudo na sua vertente processualista. O que tinha a ver com minha temporada em Manchester e com a figura de Max Gluckman, embora no momento da tese o meu quadro de referências não me permitisse incorporá-la ao texto, a não ser topicamente e de modo implícito. Depois sim, embora tenha se refletido menos na minha produção escrita e mais na atividade docente e de orientação - destacando-se aí a tese de doutorado de João Pacheco de Oliveira Filho (que orientei mais por essa afinidade entre colegas do que em função de uma posição magisterial), hoje seguramente um dos antropólogos que mais controla e difunde essa linha de trabalho entre nós.

Weber, evidentemente, foi também apoio funda-

mental nessa travessia. Autorizado não só por seu interesse na política, como também pelo que me parecia, apesar de tudo, uma homologia do seu pensamento com o marxismo. Isso me facilitou muito (e em contraste com a obra de Durkheim) tal aproximação, que, aliás significou, para ser mais preciso, uma ampliação e intensificação de relações preexistentes. A propósito, recordo que Weber estava presente (em tradução minha) já na coletânea *Estrutura de Classes e Estratificação Social* (cuja primeira edição é de 1966); o que tem a ver com a chancela que, a meus olhos, desde os tempos de graduação lhe era dada por gente como Wright Mills e Florestan Fernandes, além de Fernando Henrique e Octavio Ianni, que o incorporaram ao que, naqueles tempos de poucas traduções, era nosso vade-mécurn: a coletânea *Homem e Sociedade*, publicada pela Companhia Editora Nacional (1961).

Também fez parte desse momento, mas perdurando até hoje, uma curiosa retomada de uma linha de trabalho que se esboçara já em meu texto de estreia: aquilo que, na falta de melhor termo, eu denominaria provisoriamente uma antropologia da produção intelectual, com ênfase em questões de natureza epistemológica. Em parte, isso se deveu a encomendas, como por exemplo a que recebi do antropólogo Ulf Hannerz, por indicação do meu antigo professor, Bryan Roberts, para um número especial da revista *Ethnos*, do Museu de Etnografia da Suécia, cujo tema era a formação de antropologias nacionais, e que teve razoável repercussão. Meu artigo (“Through Althusserian spectacles: recent social anthropology in Brazil” [Velho, 1982 (1980)]) apareceu ao lado de textos sobre Índia, Canadá (dois: quebecquense e anglo-

fônico), Suécia, Polônia e Sudão; fechava o número um trabalho de síntese do conhecido especialista da Universidade de Harvard, George Stocking Jr., que se reportou a algumas de minhas proposições de um modo que, para mim, foi muito gratificante.

Outra “encomenda” foi a que me fez meu antigo colega em Manchester, Bernardo Sorj, para uma mesa-redonda que ele organizou para o Congresso dos Americanistas, em 1982 (justamente em Manchester), sobre “O Brasil pós-64”; cabendo-me, ao lado de alguns colegas de longa data (como Vilmar Faria e Fabio Wanderley Reis), a parte referente às ciências sociais. Outra, ainda, foi a aula inaugural proferida na abertura das atividades do mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1979 (“A Universidade e a antropologia no Brasil hoje”).

Na verdade, esses e outros textos nunca significaram para mim primordialmente um desejo de análise sistemática do “campo intelectual”, embora contenham elementos disso. Expressaram mais o desejo da *reflexividade*, a oportunidade de refletir sobre os rumos intelectuais das ciências sociais entre nós; seguidamente significando inclusive uma autocrítica ou sinalização de mudança de orientação, como aconteceu no artigo para a Suécia (publicado em português por *Dados*, já livre do insólito título dado pelos editores suecos), que trazia a caracterização do que denominei “althusserianismo populista”. E talvez se possa dizer que se nutriam de uma espécie de laboratório de “participação observante”, não só realizada no cotidiano institucional, como também por intermédio das várias posições que ocupei em

associações científicas e agências de financiamento à pesquisa, entre outras. Em certo sentido, foram (e são) vitais para mim na busca de dar sentido (por vezes contrastivamente, o que me torna devedor dos meus interlocutores) à minha trajetória (mas não só a ela, evidentemente). E, nesse sentido, não deixam de guardar certa continuidade, quanto ao estilo, com preocupações críticas que vinham de antes e que se refletiram, por exemplo, em polêmicas com aqueles que denominei “populistas”, no caso, a vertente da Igreja Católica influenciada pela Teologia da Libertação (ver “A propósito de Terra e Igreja” [Velho, 1982b]).

Fez parte desse relativo estranhamento do meu entorno certa preocupação com o *especialismo*. A que se associava uma consciência cada vez mais aguda da minha própria ignorância. A filosofia foi sem dúvida o campo em relação ao qual, num primeiro momento, mais senti as deficiências de formação. Percebendo cada vez mais que nossas questões seguidamente tinham origem lá e que os “clássicos”, que tanto prezávamos, desenvolveram suas obras em diálogo profundo com a filosofia, incomodou-me, sobretudo, a visão por vezes “facilitada” da disciplina que passávamos para os nossos alunos.

Nesse contexto, Nietzsche foi uma descoberta. E descoberta solitária, sem ser por via de Foucault e sem imaginar que pudesse vir a se tornar uma espécie de “moda”. Rebelde, permitia trocar uma rebeldia por outra. Iconoclasta, permitia uma certa sem-ceri-

mônia em relação à Filosofia (tal como, de certa forma, Althusser, com seus “cortes epistemológicos”), bem-vinda para quem não tinha a menor chance de recuperar uma formação sistemática e consolidada que não tinha vindo na hora certa. Escritor primoroso (como Trotski - uma “descoberta” anterior que a seu modo também desafiava), reacendia o prazer da leitura e da emulação.

Sempre tive (como foi o caso com Trotski) o prazer dessas descobertas que permitem desafiar, começar de novo, injetar ânimo, ver com novos olhos; enfim, rever tudo numa nova luz, infinita enquanto dure. Weber, por exemplo, podia ser revisto, amplamente enriquecido, quando examinado sob outros ângulos que não o do contraponto a Marx. Eu me envergonhava, mesmo, ao perceber quantas alusões a Nietzsche nos seus escritos eram até então opacas¹³ para mim. Um período em Stanford permitiu o acesso a uma bibliografia bastante ampla. E daí nasceu um texto sobre os dois, como que tentando mostrar para mim mesmo e para quem estivesse sintonizado que a “seriedade” apolínea de um Weber com que tanto me identificava não excluía um lado mais escuro, mais dionisíaco, que até podia (e isso não fora levado suficientemente “a sério”) beirar a loucura. E que Nietzsche podia ajudar a colocar perguntas, podia ser incorporado para além da tentação de lhe dar um uso em forma de epígrafes. Com sua ajuda, a admiração a Weber transmutou-se e, no processo, robusteceu-se; reconhecendo-se com Hegel que o espírito só alcança sua verdade no dilaceramento absoluto,

13 Assim como, mais tarde, perceberia a sombra de Lutero. Tanto em Weber quanto em Nietzsche, aliás.

demorando-se junto ao negativo¹⁴.

Não foi, certamente, por acaso - com perdão da nota mais íntima - que essa “descoberta” coincidiu com o final de um processo de psicanálise, vivido por mim como um enriquecimento (mais do que um afastamento) do que me parecia ter sido até então por demais unidimensional. E, até, uma aproximação mais corpo a corpo com “realidades brasileiras”, talvez mais captáveis (como na literatura) com esse tipo de abertura e o afastamento de uma pretensão científicista. Hoje, creio que a rebeldia se mantém acesa (pelo menos na minha auto-imagem), mas busca, imagino, caminhos mais positivos. Nietzsche ocupa o seu lugar, acomodado ao lado de outras figuras. Mas me reconheço, ainda, nesse movimento. E espero que fique para os meus alunos mais o testemunho da busca do que determinados momentos privilegiados, estações por vezes fugazes, da trajetória. A fugacidade mesma sugerindo que não se satisfaçam com facilidade, nem contribuam para transformar, como diria Nietzsche, a palavra viva de ontem na moeda gasta de hoje. No fundo, o que eu queria era ser testemunha (para mim mesmo, inclusive) de que a vida social é um jogo em que o compromisso consiste menos em conformar-se à opinião média ou ao pertencimento a uma facção, e muito mais em aceitar representar um papel, cambiante; em ocupar um locus dramático, performático. Mais um comentário que um reflexo da “sociedade”, sem o qual o jogo se

14 Citado por Menezes (1992). Um episódio lamentável para mim, associado a esse texto, foi o *ern*pastelamento que sofreu quando da sua publicação original. Mais tarde foi republicado corretamente no periódico *Krriterion*, do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, em companhia de filósofos (entre os quais Gérard Lebrun e Roberto Machado) num número especial sobre Nietzsche.

empobreceria. Mesmo que se esteja consciente das limitações do ator, mas no meu caso até como contra face do esforço ascético (weberiano?) em que me engajei desde sempre e em muitos *níveis* de institution-buúding, numa representação também, mas talvez mais óbvia e menos reflexiva.

Uma das características das minhas atividades sempre foi a de não conseguir separar, embora distinguindo-os, planos supostamente diversos – e isso sem prejuízo da admiração que sinto por aqueles que têm mais sucesso nesse esforço de distinção. Sempre tive tendência a articular – por considerar “bom para pensar” – interesses acadêmicos e não-acadêmicos. Com a má consciência da ressaca do marxismo e o distanciamento da militância política (a que me referirei adiante), ela foi alvo de severa autocrítica, parecendo mesmo anular-se. Ainda assim, não foi totalmente reprimida, tomando a forma de uma relação entre minhas atividades de política científica e um esforço de reflexão. A partir desse modo mais acanhado de manifestação daquela tendência, só muito recentemente começo a resgatá-la, graças ao reconhecimento, hoje mais legítimo do que há alguns anos, da possibilidade de a ciência ter não só que abandonar a pretensão de gerar uma metanarrativa, como também aceitar que sua eficácia está necessariamente associada ao plano da instrumentalização e de uma pragmática (Milbank, 1990; Rorty, 1979). Tal como, aliás, para retomar leituras anteriores, era sugerido em termos mais amplos por Nietzsche. O que não significa, evidentemente, determinar a *priori* a forma

dessa atividade. No meu caso, ela vai reaparecer de modo muito surpreendente e distinto do anterior, expressando ou mesmo dramatizando um afastamento da centralidade das preocupações políticas, e que só recentemente começa a ser, ele mesmo, relativizado.

Esse movimento teve a ver com uma aproximação ao terreno da religião - esse, sim, gerador de metanarrativas, conforme reconhecia Weber, em linguagem diferente. E quase imediatamente isso me levou a um esforço de integração que redundou num primeiro texto - "Religiosidade e antropologia" (Velho, *1986) - que por iniciativa de Rubem Cesar Fernandes acabou servindo de pretexto para que o número de *Religião e Sociedade* em que foi publicado se transformasse num rico debate sobre "os antropólogos e a religião". Esse debate era encimado pela conhecida *Aquinas Lecture* de Evans-Pritchard ("A religião e os antropólogos"), que nessa fase havia tido para mim importância seminal, ajudando a que o meu novo movimento paradoxalmente me fizesse sentir *mais próximo* da antropologia e da sensibilidade antropológica. É como se aí estivesse em jogo uma conversão; no caso, histerética, para utilizar expressão de um orientando (Geiger, 1992).

Tal paradoxo exigia uma espécie de programa, que esse artigo indicava, e se materializou no ano seguinte, no que considero, pessoalmente, um marco significativo em meu trabalho: "O cativo da besta-fera", posteriormente apresentado, a convite de Geert Banck, num seminário na Holanda, onde foi objeto de alguma atenção e discussão; o que levou o sociólogo Norman Long a tomar a iniciativa de publicá-lo, sob o sugestivo título de "*The Peasant*

and the Beast”, como leading article da *European Review of Latin-American and Caribbean Studies*, em dezembro de 1991.

Considero esse artigo estratégico por representar simultaneamente um “acerto de contas” com meu trabalho anterior sobre o campesinato e uma visada para o futuro. A questão do simbolismo levada a sério e perseguida até suas implicações últimas me parece, em resumo, representar o limiar que eu então atravessava, e guarda certa analogia com - ao mesmo tempo que ultrapassa - a que anos antes eu elaborara com ênfase no político. A contribuição que meus novos interesses traziam a esse empreendimento era agora representada pela figura de Paul Ricoeur, cuja simbólica do mal serviu inicialmente de passe de entrada e inauguração de uma atenção às questões abordadas pela Teologia. Tratava-se, sim, de um limiar; no entanto, espesso como o Arco do Telles, quase um túnel. Tudo isso guardando uma gravidade e uma complexidade que ainda considero um desafio, associado especialmente a uma espécie de *arquitetônica* muito entranhada entre nós, que provoca a tentação de “resolver” a questão por via da imagem da “superestrutura”. Mais implícita, porém, essa imagem, que explícita, o que torna o problema particularmente insidioso; a ela não é estranha a tendência de uma *episteme* a predominar para muito além dos limites em que é reconhecida - o que abordei, com outras ênfases, em “As bruxas soltas e o fantasma do funcionalismo” (Velho, 1984).

Sinto que é uma verdadeira transformação que está aí em jogo; mais silenciosa, porém possivelmente mais profunda que mudanças anteriores de pers-

pectiva. E mais uma vez, envolvendo vários planos. Em recente dissertação de mestrado no PPGAS (Salles Filho, 1992) aprendi (e essa é uma contrapartida bem-vinda da atividade docente) que em Lacan o processo de análise pode ser pensado como uma recuperação da função simbólica. É próximo a isso que sinto a questão, mas envolvendo também um plano coletivo. O que não deixa de incluir, de novo, uma política; mas agora como que “uma política de saída da política”, de desenvolvimento de novos jogos de linguagem, que é por onde se expressou o meu interesse na monarquia provocado pelo plebiscito sobre forma e sistema de governo, previsto para 1993.

Meus textos, na virada dos anos 1980 para os 90, têm a ver, direta ou indiretamente, com essa questão. Embora de um modo que *ex post* talvez possa ser considerado provisório. E a isso se articula uma preocupação, vinda de longe, com a solidariedade no âmbito da nossa comunidade e o papel público, extra-acadêmico, da nossa antropologia. Papel que me parece oscilar grosso modo entre um alinhamento na confirmação “científica” do niilismo moderno e na “terapêutica” da função simbólica. Essa preocupação está particularmente presente em “As bruxas soltas”, “Relativizando o relativismo” (Velho, 1992b) e em “De novo, os valores?” (Velho, 1992d); mesmo quando a forma de apresentação pareça sugerir intenções estritamente epistemológicas. Na verdade, a diferença entre um tratamento epistemológico e “político” é crucial; sobretudo quando discuto a questão do relativismo.

Nesses anos, prosseguiu a preocupação em preencher (e fazer preencher), na medida do possível,

lacunas na formação e em buscar nisso inspiração para o *métier* antropológico. E levou, por exemplo, a um interesse por leituras teológicas, redescobrimo o papel constituidor da Teologia (muito ignorado entre nós) no saber universitário europeu e nas próprias ciências sociais; além das coincidências de temática. A psicanálise, também, tem sido secundariamente uma fonte de inspiração, estando ainda no terreno das possibilidades para o futuro um esforço mais sistemático de articulação. Alguma leitura de Lacan e seus comentadores (depois de muita resistência) tem me impressionado com o potencial da noção de *sublimação* – embora tratada inicialmente e por medida de prudência na linguagem da analogia - para ajudar a dar densidade à questão da “*eficácia simbólica*” e à superação da *arquitetônica* já referida.

Também a hermenêutica filosófica tornou-se uma fonte de inspiração. Embora não esteja isolado nesse interesse, o que parece confirmar a validade do tratamento de uma trajetória individual em termos de sintomatologia. Hoje parece haver entre os antropólogos um movimento maior de ampliação do quadro legítimo de referência ou pelo menos de mudança quanto aos interlocutores privilegiados. Movimento polêmico, porém, a chamada antropologia interpretativista e/ou pós-moderno sendo objeto de muita discussão. Na verdade, a novidade me parece residir mais nas fontes de inspiração e no fato de se transformar isso em objeto de reflexão mais sistemática. Fica como desafio para todos nós encontrar o equilíbrio entre a fidelidade a uma tradição que nos constitui e a abertura à inovação. Equilíbrio que talvez não possa ser buscado senão, de novo, aceitando assumir

um papel no jogo. O meu tem sido mais pelo lado do estímulo à inovação. Não por um princípio abstrato, mas partindo do diagnóstico (provisório) de que entre nós (e em oposição quase simétrica ao que ocorre no ambiente universitário dos Estados Unidos) a tendência mais forte é no sentido de buscar na nossa “reprodução” um sentido excessivamente literal e de espelhamento. Sobretudo grave nas instituições que “deram certo” em passado recente (anos 60 e 70) e correm o risco de se tornar por demais datadas. O que não significa, evidentemente, um aval indiscriminado ao produto até agora dessas experimentações, mas uma boa vontade que permita por essa via transmitir a nossos alunos uma bênção ao esforço de criatividade; que não exclua, antes suponha, evidentemente, a disciplina intelectual e a atenção privilegiada à prática.

Relacionado a essas questões, sobretudo no que diz respeito ao lugar da etnografia e da construção do texto, cabe mencionar, ainda, o interesse pelas discussões sobre narrativa, especialmente no âmbito da História; a que de certa forma não são estranhas as influências sobre este próprio memorial, já anunciadas na Introdução.

* * *

Terminando este capítulo, cabe uma nota acerca da antropologia da religião. Meus interesses nos últimos anos têm certamente me aproximado dela, sendo fundamental nesse movimento a participação no Iser (Instituto de Estudos da Religião) e o diálogo

fraterno com Rubem Cesar Fernandes (inspirador, desde o começo), Luiz Eduardo Soares (que vinha de “outros carnavais”), José Jorge de Carvalho e Rita Segato. Sem falar do exemplo de qualidade intelectual representado por Pierre Sanchis. Devo, no entanto, confessar, que, afora o terreno da orientação de alunos ou subsidiariamente, isso não tem provocado a vontade de privilegiar no meu trabalho pessoal um recorte por manifestações religiosas, igrejas, denominações, etc. Mais do que isso, tem levado a uma revisão (aludida na referência ao simbolismo) do conjunto da antropologia e das questões consideradas relevantes para a compreensão do Brasil e da chamada modernidade. Isso foi objeto de uma formulação parcial num trabalho recentemente levado a uma reunião da Unesco em novembro de 1991 sobre *People in Search of Fundamentals* e intitulado “*Preventing or criticising the process of modernization? The case of Brazil*” (Velho, 1992c). Mas o texto “Os novos sujeitos sociais” (Velho, 1991), apresentado (por “encomenda”) num seminário na Universidade de Coimbra (Portugal) no ano anterior já esboçara algumas questões pertinentes. E sobretudo, antes ainda, em “Religiosidade e antropologia”, avançara uma discussão sobre a *heteronomia* do sujeito e sobre as *oposições binárias* a partir da experiência religiosa (inclusive mística) cuja analogia com preocupações atuais no campo das ciências sociais me interessa explorar.

Mas aí já estamos deixando o terreno da memória. O que ainda não é hora.

Entorno

Era o dia 12 de abril de 1992 e estávamos num ônibus especial, indo para a reunião da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) em Belo Horizonte. O Luiz Antônio Machado, que eu já não via há muito tempo, ficou ~~nerxoso~~ quando lhe disse que já haviam se passado trinta anos da nossa pesquisa em Alagoas. Olhando para os companheiros em volta, a sensação agradável era de família. Até mesmo no sentido estrito. Gilberto, Bárbara, Luiz Eduardo, Yvonne, Machado, José Sérgio, Giralda e os demais me transmitiam a impressão, rara, de estar “no meu lugar”. Toda a reunião acabou tendo esse sentido, que é, afinal, o que a palavra deveria dizer. O lançamento do livro em homenagem a RCO, de que eu era um dos colaboradores; a comovente conferência do Matta sobre a “Sociologia da saudade”; o Roque, presidindo e deixando a presidência da ABA. Dias depois o Matta me telefonaria falando dum sentimento de reconciliação e desejo de volta. Para mim foi uma concentração ritual de emoções; num momento em que a redação deste memorial me deixava particularmente vulnerável.

O Machado lembrava comigo do nosso exame de admissão para a Escola de Sociologia e Política da PUC em 1961. Numa manhã de sol na praia de uma Copacabana ainda dos anos dourados, ele passou por mim lá no nosso posto e perguntou que exame

era esse que eu ia fazer. E, como havia perdido a inscrição para o vestibular de Direito, resolveu fazer também. *O acaso*, disse ele.

Era de fato difícil explicar de outra maneira uma decisão dessas na época. No meu caso, aluno do Colégio Militar, não optando pelas forças armadas, o máximo que se poderia imaginar, num clima impregnado ainda pelo entusiasmo desenvolvimentista do período JK, era a engenharia.

Que “acazos”, então, me conduziram? Normalmente, creio que consideraria um excesso narcisista especular sobre isso neste momento. Ou remontar mais no passado (como tenho visto em outros memoriais) e lembrar o “acaso” que juntou na mesma turma de escola pública, no começo dos anos 50, nada menos que três crianças (Maria Consuelo Gorresen, Mariza Peirano e eu) que viriam a ser antropólogas. Ou, ainda, elucubrar sobre a possível influência, para essa trajetória, dos anos de infância passados no exterior.

Ocorre que há um “acaso” especial que não me parece dever passar sem nenhuma referência: foram dois *irmãos* que seguiram esse caminho.

Sem pretensão ou esperança de uma explicação cabal para esse fato raro, deixo, no entanto, um registro óbvio: a figura do nosso pai. Militar, porém da vertente intelectual do Exército. Tradutor de mais de cem livros, muitos de ciências sociais e de psicanálise¹⁵.

Lembro-me muito bem da impressão que me causou acompanhar, por cima do ombro, a tradução

15 Bem a propósito da natureza do presente documento, destaco um: as Memórias de Raymond Aron (ed. Nova Fronteira, 1986).

do que viria a ser o primeiro livro da Editora Zahar, justamente um manual de Sociologia: o de Rumney e Mayer. E, ainda agora, ao escrever este memorial, encontrei um livro dele que nem lembrava estar comigo: o manual de Donald Pierson, com sua assinatura e a data - 1945. Isso me leva a pensar que outros livros da sua estante me impressionaram. De imediato e espontaneamente me vêm à cabeça, além dos muitos livros de história militar e do Brasil, as duas antologias organizadas por Pierson nos anos 40, Ralph Linton e, é claro, Gilberto Freyre. Entre muitos outros. E entre muitas outras coisas, gestos e episódios.

* * *

A Escola de Sociologia e Política da PUC, vejo hoje, funcionava como uma espécie de *College*. Muitas possibilidades se mantinham em aberto, e ainda há pouco lembrava com Francisco Falcón das aulas de História que ele nos dava na mansão de um colega, supostamente preparatórias para o Itamaraty.

Mas, ao mesmo tempo que vivíamos essas possibilidades, combatíamos a estrutura em nome da “profissionalização”; tendo como modelo para isso, entre poucos outros, Glaucio Ary D. Soares, com quem convivíamos intermitentemente na Escola (de que fora recentemente aluno), nos intervalos de suas andanças estadunidenses e através dos seus escritos técnicos (sobre eleições e sistema eleitoral) na nossa revista, a *Síntese*. Combatíamos não só defendendo a “regulamentação da profissão”, mas exigindo menos “dispersão”, maior especialização. É bastante irônico

que com o tempo eu viesse a ver as coisas de modo muito diferente.

Acabei representante dos alunos no CTA (Conselho Técnico-Administrativo) e de fato tivemos importância nas reformas (hoje se diria “modernizadoras”) havidas. Delas redundou a distinção entre duas “linhas”: Sociologia e Economia (essa última embrião do hoje consagrado Departamento de Economia da PUC) e um incipiente sistema de créditos. Mas, por sorte talvez, nossa turma só se “beneficiou” parcialmente dessa reforma, que depois se generalizaria no sistema departamental. Se tivesse feito meu curso inteiramente nos novos moldes, talvez não tivesse, por exemplo, sido aluno em Economia de Isaac Kerstenetsky, no futuro um querido amigo.

Diversos professores me marcaram. Além dos já mencionados, certamente o padre Fernando Bastos de Ávila (meu primeiro professor de Sociologia e diretor da Escola), o padre Raimundo Ozanam, Cândido Mendes, o mexicano Rodolfo Stavenhagen (por um curto mas marcante período), Geraldo Semenzato. Em antropologia, o professor Manoel Diegues Jr., já referido, e sua assistente Maria Laís Mousinho Guidi. E muitos outros, que alongariam a lista.

Mas além de “dispersivo”, o estudo era por vezes de fato superficial. Predominavam os manuais, sobretudo em Sociologia. Mas em antropologia tínhamos o de Keesing e o de Herskovits, além do livro de Leslie White, acessível através da edição da Editora Paidós, *La Ciencia de La Cultura*. O que havia de mais consistente em geral tinha a ver com o estrutural-funcionalismo, sobretudo Parsons e Merton; explicação, talvez, para anos depois escrever um artigo

sobre o “fantasma do funcionalismo”.

Um pequeno subgrupo da turma (de que faziam parte Moacir Palmeira e Machado) “se virava” para combater as deficiências. Daí a iniciativa de realizar - com uma pequena orientação a distância do padre Ávila e o apoio logístico da família Palmeira - uma pesquisa sobre “remigração de nordestinos” no interior de Alagoas. Experiência marcante, de que infelizmente nunca redundou uma publicação.

Como também o comparecimento ao 2º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Belo Horizonte, em 1962. Passagens e estadia por conta da Universidade de Minas Gerais, graças ao professor Julio Barbosa, que tanto marcou os nossos colegas de geração em Minas e com quem, então, mantivemos os primeiros contatos. Na frequência ao Congresso, onde se destacavam o brilho e a juventude de Fernando Henrique Cardoso, muita contrição da nossa parte.

De lá trouxemos volumosa bagagem, formada pelos prestigiosos e disputados “cadernos de textos” do Departamento de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas; a Faculdade editando, ainda, a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, cujo nome a Anpocs herdaria. Até hoje os tenho, num canto da minha sala no Museu, e talvez valha a pena lembrar alguns dos autores que compareciam: George Gurvitch, Gino Germani, Raymond Bane, Pitirim Sorokin, L. A. Costa Pinto, Charles Wagley, Eduardo Galvão, G. Simmel, José Medina Echevanía, K. Marx, Roger Bastide, R. Merton, M. Weber, F. Fernandes, Cooley, Sumner. Entre outros.

Essas preocupações profissionais e, sobretudo, o clima da época acabaram levando a uma aproximação da política estudantil, que para mim representou intenso processo de ressocialização, além de estímulo intelectual. Esses aspectos foram mais centrais, até, no meu caso, que a militância propriamente dita, tornando-se pelo menos tão importantes quanto o curso regular.

O curso de graduação coincidiu com um período muito intenso da vida política do país: 1961-64. Hoje traz certo espanto perceber o que isso representou de "privilégio", que transparece quando já se tem de cumprir o papel de informante e testemunha de fatos passados. A renúncia de Jânio e a campanha pela posse de João Goulart - levando-nos a mimeografar e distribuir um artigo de Alceu Amoroso Lima - significaram o batismo no ativismo político e o momento de ruptura com o udenismo familiar. Mas de uma forma mais geral, na PUC da época combinava-se o ativismo com um momento muito especial de elaboração de um pensamento filosófico e político. Daí desenvolveu-se a esquerda católica a partir da JUC até redundar na formação da AP (Ação Popular). E sem dúvida a figura máxima de mestre e inspiradora era o padre Henrique de Lima Vaz, figura ímpar de pensador, de quem só muito mais tarde tive a oportunidade de me aproximar, já que, embora presente a muitas discussões, na época não optei por militância organizada e sistemática. Era considerado parte do

paradoxal “grupo dos independentes”¹⁶.

A primeira vinda ao Rio da equipe de Paulo Freire (de que fazia parte Luiz Costa Lima), a responsabilidade pela organização de uma “Semana do Nordeste” de ampla repercussão, as atividades culturais do nosso centro acadêmico (Carp), a presença numa chapa de esquerda disputando o DCE (perdemos para outra, encabeçada pelo hoje cientista político Mario B. Machado). Tudo são episódios que me marcaram.

Afinal, no apagar das luzes desse período, num congresso realizado em Porto Alegre, em 1963, no qual estavam presentes colegas de geração de diversas partes do país - lembro, por exemplo, de Aspásia Alcântara (hoje Camargo), Amaury de Souza, Bolívar Lamounier -, fui eleito Presidente da Executiva Nacional de Estudantes de Sociologia e Ciências Sociais (Enescs). Nome longo, mas sem uma organização que lhe estivesse à altura. De qualquer maneira, em função disso passei a ser membro do Conselho da Une, vindo a participar principais reuniões do movimento estudantil no curto mas intenso período até o golpe militar. Lá estabeleci relações que perduraram para muito além dos momentos e dos posicionamentos políticos.

No final do nosso curso de graduação, num momento político e profissional difícil, o professor Cândido Mendes de Almeida contratou um grupo de seus alunos para constituirmos uma equipe de pesquisa, com o fim de atender a uma encomenda do MEC (através do ministro Raimundo Muniz de Ara-

16 Todo esse clima da PUC na época é retratado em maior detalhe e de forma viva por meu contemporâneo e amigo Carlos Brandão em seu memorial (Brandão, 1987).

gão) sobre demanda de profissionais químicos no Brasil. A pesquisa seria realizada no âmbito de uma pequena instituição que então era criada: o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), abrigado numas poucas salas do prédio da Faculdade Cândido Mendes, na Praça XV. Lá encontrei Cesar Guimarães, ainda hoje membro do staff da instituição, mais conhecido na época como um dos principais especialistas do movimento estudantil pré-64 em Reforma Universitária. E desde então brinco com meus colegas cientistas políticos dizendo que sou membro fundador do Iuperj.

A pesquisa baseava-se em questionários¹⁷. E fui escalado para coordenar sua aplicação em Minas Gerais. Meu contato em Belo Horizonte foi Antônio Octavio Cintra. E lá, nesse momento de muitos problemas (inclusive financeiros), foi fácil arranjar mão-de-obra barata entre os alunos do curso. Foi assim que José Murilo de Carvalho e seus colegas trabalharam como entrevistadores.

Esse foi apenas um de vários empregos e expedientes no período 64-66, até entrar para o Museu Nacional, num momento em que estava praticamente desempregado, tendo-me demitido de um escritório de pesquisas por não aceitar certas restrições ideológicas¹⁸. Outro foi como no CLAPCS (juntamente com Moacir Palmeira de auxiliar de pesquisa) de lean Casimir e de Carlos Alberto Medina (nesse último caso levando a meu primeiro contato, através

17 Não era a primeira vez que me envolvia em pesquisa com questionários, aprendiz desde a de Alagoas e tendo sido, até, entrevistador do Ibope.

18 O que guarda alguns paralelos com a situação de RCa, quando se transferiu para o Museu do Índio em 1954, tal como relata na entrevista publicada em *Current Anthropology* (Corrêa, 1991).

de estatísticas e gráficos, com o “Brasil Central”). Por essa época, o professor Diegues nos indicou para bolsas na França e cheguei a frequentar aulas de francês na Maison de France, juntamente com Moacir. Mas afinal, por motivos particulares, não viajei. Moacir e eu nos reveríamos mais tarde no Museu.

Foi exatamente no CLAPCS que conheci RCO. Já estivera, então, dando aula de antropologia como horista na Escola de Serviço Social da PUC (assistente do professor Diegues). E como o convite me apanhara de surpresa, não havendo até então pensado preferencialmente numa carreira em antropologia, tratei de me informar. E foi a leitura de *O Índio e o Mundo dos Brancos que me entusiasmou*. E que me deu coragem de abordá-lo. Daí a combinar vê-lo no Museu e começar a trabalhar como estagiário, foi tudo muito rápido.

Durante algum tempo, ainda carreguei alguns “bicos”. Como as aulas na Escola de Serviço Social da UFRJ (na verdade, meu primeiro contrato com a UFRJ). E as aulas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Sociedade Universitária Gama Filho. Lá Francisco Falcón, que dirigia a Faculdade, conseguiu reunir por algum tempo um grupo de jovens professores, entre os quais Wanderley Guilherme dos Santos, Roque Laraia. Alberto Coelho de Souza, Carlos Estevam Martins, Alexandre Barros, Luiz Antônio Cunha, Antônio Carlos Pinto Peixoto e eu. Tempos difíceis. Aulas noturnas com alunos cansados no subúrbio da Piedade, após viagem numa kombi que nos apanhava em frente à Central. Mas tudo de terno e gravata.

Aos poucos, após iniciar as minhas atividades no

Museu, esses “bicos” iriam diminuindo até desaparecer; embora surgindo atividades “externas” de outra natureza, e às quais me referirei adiante. O modelo que iria predominar _ e do qual no momento atual de crise o PPGAS talvez represente um dos poucos “baluartes” - foi o da “dedicação exclusiva”. Para mim, a única exceção significativa a esse vínculo foi o período em que, levado pelos apelos da amizade e alguma nostalgia, busquei auxiliar Isaac Kerstenetsky, meu antigo professor, num esforço de reforma do Centro de Ciências Sociais da PUC¹⁹.

* * *

Graças sobretudo a Mariza Corrêa, o início das atividades do PPGAS do Museu Nacional foi objeto de dois depoimentos: uma entrevista com RCO, publicada em *Current Anthropology* (Corrêa, 1991), e um artigo de Roque Laraia (1992) no volume em homenagem a RCO, já referido. E certamente outros virão. Vale, talvez, registrar minha participação (secundária, evidentemente) nas conversas com a Fundação Ford que redundaram no apoio à criação do PPGAS. A imagem-síntese que me vem à mente é a de um almoço um tanto cerimonioso em que RCO e eu nos reunimos a Bill Carmichael, acompanhado de Peter Bell, numa churrascaria que então havia no Campo

19 O que, curiosamente, significou a manutenção de um laço paradoxal com o passado. Pois a pedra de toque da reforma teve a ver com a revalorização, sob a orientação de Ricardo Bcnzaquem da cadeira de Introdução às Ciências Sociais - inteiramente responsabilidade do professor Arthur Hehl Neiva, ela constituía precisamente o objeto preferencial de nossas acusações. De modo pretensa e pretensiosamente moderno, criticávamos o curso pela suposta ausência de um foco profissional mais preciso ... Quanto a esse esforço mais recente, um resultado indireto é que hoje essa cadeira é obrigatória em todos os cursos de Economia no país.

de São Cristóvão (ainda não tínhamos consagrado o Adegão Português), chamada Big Shot. Escolha sem nenhuma intenção de ironia - esta só se evidenciou com a gargalhada de Peter Bell, que certamente ajudou a relaxar o encontro.

Para os que vínhamos de um período de intensa atividade política (que para alguns mudara de natureza, mas não se interrompera) e de um movimento militar associado a uma intervenção americana, foi difícil e lenta a aceitação dessa parceria. Lembro das notícias trazidas de Paris pelo senador Rui Palmeira sobre as dúvidas de Moacir em aceitar um convite cuja sugestão inicial partira de mim. Mas afinal formou-se um grupo, a emblemática *primeira turma*. Como lembra Roque Laraia, ela era em parte constituída por alunos

... inicialmente motivados para a Sociologia, mas [que] buscaram a Antropologia pela então impossibilidade de cursar, no Rio de Janeiro, um programa de pós-graduação naquela disciplina. Todos eles foram, no decorrer do curso de mestrado, convertidos à Antropologia, com uma única exceção. (Laraia, 1992: 22-23)

Segundo ele, “uma turma brilhante”.

A impossibilidade de cursar um programa de sociologia é referência a um panorama geral. Já se tem apontado que, após o golpe, no período de repressão às ciências sociais, a antropologia constituiu exceção, transformando-se por isso em refúgio de sociólogos.

A observação é certamente correta e no caso do Museu Nacional criou uma atmosfera que levou um aluno, ex-militante, a nos comparar certa vez ao “jardim dos Fizzi-Contini”, numa alusão ao filme de Vittorio de Sica que retrata um refúgio burguês num mundo à beira do colapso. Apenas, valeria a pena lembrar que nada disso implica que estivéssemos totalmente desligados do entorno, e que houve de fato problemas que se refletiram no plano institucional.

Em 1968, até o AI-S, não foram poucas as vezes em que saímos juntos do Museu Nacional para participar das célebres manifestações e passeatas daquele ano²⁰. Depois piorou, mas no que diz respeito a casos individuais, dadas a natureza deste documento e a possível relevância para se pensar as condições de trabalho dos antropólogos na época, talvez caiba mencionar o meu próprio, já que cheguei a ter minha prisão preventiva decretada, pouco dias depois de partir em bolsa para a Inglaterra. E respondi a um processo na justiça militar, que levou vários anos. Mesmo porque, todo o período do doutorado (já tão intenso do ponto de vista acadêmico) se deu nesse clima, que certamente influenciou nos próprios rumos da tese. Isso, aliás, também me levou a uma decisão difícil quando à volta²¹.

Apesar de todos os conselhos de prudência (que partiram sobretudo de meus “co-réus” que já haviam optado pelo “exílio”), bem como das antecipações de sobressaltos e ameaças (que em parte se concretizaram e tiveram um efeito de reclusão muito grande),

20 Roque Laraia, como sói acontecer, tem uma coleção de estórias a respeito.

21 Para se ter uma idéia extrema, no terreno das possibilidades até a hipótese da minha ida para uma “escola de quadros” na União Soviética chegou a ser devidamente equacionada, a partir de determinado endereço de contato em Paris.

eu voltei. E essa volta também é ilustrativa, em termos das nossas relações com a “repressão”. Primeiro, porque ofereci a minha demissão a RCO para preservar a instituição e ele recusou. Segundo, porque ele e Luiz de Castro Faria^{*,**} (numa época em que isso envolvia algum risco) foram minhas testemunhas de defesa²². Terceiro, porque apesar de tudo foi possível trabalhar, ao contrário do que muitos supunham.

Até a minha relação com o juiz no processo teve a ver com a minha identidade de antropólogo, já que em determinado momento ele imaginou contar com o meu aval técnico (de “antropologista”) para a sua “teoria” de que nas favelas cariocas se podiam encontrar “espécimes vivos do elo perdido de que nos falava Darwin”.

De qualquer modo, se outros motivos não houvesse para mencionar esse assunto, bastaria a oportunidade (talvez a única) de colocar por escrito o registro da minha gratidão a todos que foram solidários.

Creio que das minhas atividades acadêmicas na Inglaterra já disse o suficiente²³. A volta definitiva no começo de 1974 encontrou o PPGAS ainda com

22 Até hoje não sei ao certo com que grau de convicção foi que Castro Faria, no seu jeito caracteristicamente enérgico (como se estivesse numa sala de aula), brandindo o cachimbo, declarou ao tribunal militar que aluno dele não tinha tempo para fazer subversão.

23 Um registro anedótico, mas que revela uma faceta pouco conhecida de um antropólogo consagrado, talvez deva ser feito. É que na cidade de Manchester havia apenas uma psicanalista, a cujos serviços recorri em plena “crise”: na chegada, graças à intermediação da Dra. Inês Besouchet. Ocorre que Gluckman - num país onde isso nunca foi *fashionable* - fizera análise com ela. Graças a isso estabelecemos uma relação que de outra forma a sua figura não me permitiria.

dificuldades de institucionalização. RCO transferira-se para Brasília, seguindo o caminho já palmilhado por Roque Laraia e Julio Cesar Melatti. Na verdade, a transferência de boa parte do grupo (inclusive a minha) fora oferecida. Assim, para os que ficaram foi uma situação difícil. Apenas Matta, Yonne Leite (então em Austin, Texas) e Castro Faria eram do quadro da UFRJ.

Nessa situação, Roberto da Matta, recém-chegado de seu doutorado em Harvard com Maybury-Lewis, teve de assumir a coordenação do Programa. Apesar de todas as dificuldades, da pouca atenção que a Universidade atribuía à pós-graduação (que, após a Ford no nosso caso, desenvolvera-se graças à Finep e ao grupo de técnicos dirigido por Pelúcio Ferreira), das relações precárias do Museu com a UFRJ e da inexperiência administrativa reinante entre nós, foi em sua gestão que o PPGAS se consolidou. Essa consolidação se expressou na contratação, pela Universidade - e graças, ainda, à intermediação da Finep -, de quatro professores: Francisca Keller, Lygia Sigaud, Moacir Palmeira e eu. A que se somavam Gilberto Velho (transferido do IFCS) e Giralda Seyferth (transferida do "setor" de Antropologia Biológica). Esse é sem dúvida um episódio na trajetória de Matta que deveria ser mais conhecido.

A mim coube suceder Matta e, terminado o período, passar a coordenação ao meu irmão Gilberto (que fora subcoordenador), iniciando-se assim um sistema de rodízio que se institucionalizaria. Registro apenas, da minha gestão, a ampliação até praticamente os limites atuais (ainda precários) das instalações do Programa, graças à boa vontade e à diplomacia (para

neutralizar resistências) do Dr. Luiz Emygdio, então Diretor do Museu. E a criação do curso de Doutorado. Além da admissão, por concurso, de Afrânio Garcia Ir., João Pacheco de Oliveira Filho, José Sérgio Leite Lopes e Eduardo Viveiros de Castro.

Após minha gestão no PPGAS, cumpri um mandato como Chefe do Departamento de Antropologia. E assim fomos estabelecendo a nossa prática de rodízio.

Em artigo que me foi passado por Mariza Peirano, o antropólogo M. N. Srinivas, falando dos "itinerários de um antropólogo social indiano" (Srinivas, 1973), diz:

As a scholar progresses in his academic life, he finds to his dismay an increasing amount of his time being spent on matters other than his studies and research. (1973: 147)

E:

Even after twenty years of academic life in India, I have not been able to overcome my dislike of administration and committees. In fact, as I grow older my dislike of both has increased rather than diminished but i have not been able to shake them off. But it is also true that but for my involvement in committees both in Delhi University and outside I would not have been able to do my bit for

promoting sociology in universities and outside. (1973: 145)

Fica sugerido ser impossível em países como a Índia pensar a trajetória do profissional sem levar em conta essa dimensão. Em contraste pelo menos relativo com o que ocorre nos países metropolitanos.

Certamente o mesmo se aplica no Brasil, apesar de não enfrentarmos tão sistematicamente a comparação com os colegas estrangeiros. Aparentemente estamos sempre lutando por um momento utópico em que as instituições e o seu sistema estejam consolidados, mas que nunca chega. Nessas circunstâncias, ficamos eternamente envolvidos num paradoxal *institution-building* porque inextricavelmente combinado com um *institution survival*. Admiro, de certa forma, os colegas que conseguem manter certa sobrançeria diante disso, sobretudo entre os mais jovens. Mas a maioria da minha geração não é assim talvez por ter surgido juntamente com certo arranjo institucional, além de ter tido oportunidade de praticar a política numa outra arena, de onde migrou.

Como pode ser visto por minha trajetória, o doutorado parece marcar o limiar a partir do qual somos apanhados nessa rede. Muito cedo, realmente, fomos obrigados a assumir responsabilidades administrativas e de política científica. O que, certamente, ajuda a explicar a dificuldade na realização de “trabalhos de maior fôlego” após o doutorado. No meu caso, esses encargos começaram dentro do Museu, mas depois se transferiram em boa parte para fora da instituição. Embora isso sempre fosse visto também como uma estratégia institucional, em outra frente.

No que diz respeito às agências de fomento, destacaria a minha presença, desde o início, no Comitê do concurso de bolsas e dotações da Fundação Ford, que sempre significou uma experiência muito rica de convivência entre colegas (numa fotografia tirada numa das reuniões estão Boris Fausto, Klaas Wortman, José Murilo de Carvalho, Fábio Wanderley Reis, Sílvio Maranhão, Iuarez Brandão Lopes, Ruth Cardoso e, pela Ford, Sheppard Foreman), e que não seria estranha à fundação da Anpocs. Tive também participação no Comitê Assessor do CNPq, na Coordenação de Ciências Humanas da Faperj e no Comitê Técnico-Científico da Capes. Além dos inúmeros pareceres e avaliações para a Finep, a Ford (em certo período, na gestão de Bruce Bushey no Rio, sob contrato que me obrigava a viajar), Fapesp e outras fundações estaduais de amparo à pesquisa.

No que diz respeito aos periódicos, devem ser mencionados os pareceres para diversos, além da presença nos Conselhos editoriais de *Dados*, *Estudos Históricos*, *Religião e Sociedade*, *Ciências em Museus* (Museu Goeldi, CNPq) e *Síntese*²⁴. Mas é sobretudo marcante para mim a relação - que perdura - com o periódico de divulgação científica *Ciência Hoje*, do qual fui um dos fundadores, editor^{***} por um bom número de anos (sucedido por José Murilo de Carvalho).

A relação com *Ciência Hoje*, por sua vez, remete à minha relação com a SBPC (Sociedade Brasileira para

24 A participação nesse último, que não é especificamente da área de ciências sociais, além de expressar para mim o produto e a oportunidade renovada de um 'diálogo interdisciplinar' que prezo e busco praticar, tem um valor nostálgico e de reencontro. *Síntese*, embora atualmente editada na Faculdade de Filosofia da Companhia de Jesus em Belo Horizonte, tem a ver com meu passado na PUC e com a retomada do contato com meus velhos mestres, padre Ávila e padre Vaz, além da própria Igreja.

Progresso da Ciência). Ela praticamente se iniciou com a retomada das atividades da secretaria regional no Rio (pioneira e modelo), o que envolveu para mim, além das tarefas quotidianas em defesa do sistema de ciência e tecnologia, a presença na comissão organizadora da Reunião Anual da SBPC no Rio, em 1980, na gestão Goldenberg; dois mandatos no Conselho da entidade; a própria fundação e gerência de *Ciência Hoje*, e a participação na Diretoria, na gestão Crodowaldo Pavan.

Ao contrário de Srinivas, no entanto, cabe realçar o que há de positivo nessa experiência, apesar de toda a energia e trabalho (não-remunerado) envolvidos. E que é, além da sensação de criação que em determinados momentos muito especiais se pode ter, o sentimento de transcendência que o companheirismo e a amizade, unindo num objetivo comum, podem trazer. Para mim isso representa muito. E (no que diz respeito ao presente documento) expressa a necessidade de sair da “província”, até para enxergá-la melhor, e a “descoberta” do valor intelectual de colegas de outras áreas²⁵.” Tudo isso para mim está representado na minha relação com Ennio Candotti, que sintetiza muitos nomes, episódios e sentimentos.

Acrescente-se que minha mobilização por questões do “campo intelectual”, bem como da sociologia e teoria do Conhecimento, sempre transformou essas experiências em “participação observante” proveitosa, alargando, inclusive, o escopo inicial das minhas

25 Os quais, muitas vezes, segundo minha observação, até parecem possuir mais disponibilidade do que os cientistas sociais para esse movimento de diálogo. Sobretudo os meus contemporâneos, que passaram pela experiência da convivência nas antigas Faculdades de Filosofia, infelizmente não substituída pela vivência nos superdimensionados *campi* universitários de hoje.

observações e permitindo comparações. Reforçando, mesmo, esse lado dos meus interesses.

Mais na província, por sua vez, embora *alargada*, impossível não mencionar minha relação com a Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Além da presença nas discussões que antecederam sua fundação e em muitas reuniões, cabe destacar a participação em três das suas diretorias: primeiro, como secretário-substituto na diretoria presidida por Fabio Wanderley Reis; depois, como diretor na gestão de Wanderley Guilherme dos Santos; e, finalmente, na presidência, entre o período de Héglio Trindade e o de Vilmar Faria. Essa presença na Anpocs (que através dos anos envolveu contatos com inúmeros colegas) está para mim fixada e condensada na imagem fotográfica que registrou, na última reunião em Caxambu, a mesa-redonda comemorativa dos quinze anos da Associação e que juntou os ex-presidentes (eram os já mencionados, faltando apenas Francisco Weffort) e o atual (Jurez Brandão Lopes). Na ABA, minha participação foi menos intensa, apesar de ter sido membro do seu Conselho Científico²⁶.

Deve-se mencionar que a participação por vezes simultânea em atividades da SBPC e da Anpocs nem sempre significou duplicação de esforços, já que havia considerável *overlapping* e mobilização de um mesmo “capital social” acumulado nas tarefas ligadas, sobretudo, à política científica.

26 Houve um momento delicado em que creio ter tido uma participação, episódica, mais decisiva na ABA. Foi na articulação, juntamente com Antônio Augusto Arantes, da candidatura de Castro Faria (contra sua vontade) à presidência, na reunião de Recife, em 1978. A gestão de Castro Faria marcaria uma transição para novo período na história da ABA.

Devo mencionar ainda, brevemente, o meu afastamento da “província” em outra direção: o mundo das ONGs (organizações não-governamentais). Na verdade, dá-se muito antes de surgir essa sigla identificatória e tem a ver diretamente com meu trabalho de pesquisa. Refiro-me à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, mais conhecida como Fase. Meu primeiro contato com ela se deu no *campo*, na área do Tapajós (Santarém, PA), na figura do técnico Iean- Pierre Leroy. Mais tarde Jean-Pierre (mais conhecido como João Pedro) tornou -se coordenador nacional da Fase e convidou -me (e isso certamente tinha a ver com a minha atividade de antropólogo) a integrar a então Diretoria. Que depois, por proposta minha, tornou-se Conselho Deliberativo, do qual sou no momento presidente. São muitos anos de convivência. Embora a hiperpolitização dos estudos rurais, que faz com que cada frase tenha que ser medida por causa das interpretações e repercussões possíveis, tenha contribuído a me estimular a abrir novas frentes de pesquisa²⁷, meu interesse pelo campesinato prosseguiu, bem como por alguma forma de “participação política” (em outros contextos talvez se dissesse “responsabilidade social”). A Fase, a maior ONG brasileira, tem me trazido essa satisfação, que já incluiu a observação *in loco* do trabalho realizado no Vale do Guaporé, norte de Mato Grosso²⁸. Deve-se registrar que isso tem sido visto (pela

27 Menciono essa questão no prefácio a um livro de Hugo Lovisoló. Disso resultou, por exemplo, um estremeamento nas relações pessoais com o sociólogo José de Souza Martins, o que muito me desgostou.

28 Esse teve extremo interesse antropológico, ao confirmar a amplitude, central

própria Fase, inclusive) como um laço entre a academia e esse mundo. Talvez, do ponto de vista da universidade, uma atividade de “extensão”, embora nunca me tenha ocorrido mencioná-la nos relatórios. Mas cientistas sociais, inclusive alunos do PPGAS, lá têm encontrado um local de trabalho alternativo à academia, os atuais coordenador nacional (Jorge Eduardo S. Durão) e subcoordenadora (Maria Emilia L. Pacheco) tendo sido, ambos, meus orientandos.

Há, ainda, o Iser, cuja presidência ocupei e onde vários alunos trabalham. A constituição no Iser de um núcleo autônomo de pesquisas, sob a direção de Rubem Cesar Fernandes e Luiz Eduardo Soares, aliada a meu interesse na área da religião, sugere novas colaborações no futuro.

No que diz respeito às minhas atividades editoriais, desejo fazer uma nota sobre a Editora Zahar. Que é, até, uma relação familiar que herdamos, eu e Gilberto, do nosso pai. No meu caso, além da publicação de *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*, cabe mencionar uma tradução de livro (*As Elites e A Sociedade, de T. B. Bottomore*)²⁹, várias revisões técnicas (inclusive de dois manuais de antropologia, os idade e plasticidade das noções de cativo e de besta-fera por mim analisadas em “O cativo da Besta-Fera”; ao mesmo tempo que serviu como uma demonstração de que essas “elucubrações” não estão assim tão longe dos problemas enfrentados na prática por uma organização como a Fase.

29 Houve mais uma tradução, muito trabalhosa: a de uma coletânea de textos de Engels, cujo organizador, especialista em Engels e professor em Manchester (viés revelado pelo espaço ocupado na coletânea por *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*), mais tarde conheci. Por motivos imagináveis, nunca foi publicada.

de Lucy Mair e Godfrey Lienhardt) e, sobretudo, a direção de duas coleções: “Textos Básicos de Ciências Sociais” e “Agricultura e Sociedade”. A primeira (que teve também como diretores Moacir Palmeira e Antônio Roberto Bertelli) abriu espaço para a colaboração nacional e constituiu um episódio na articulação da rede (ou “máfia”, talvez) de cientistas sociais da nossa geração (como Amaury de Souza, Gilberto Velho, Roque Laraia, Wanderley Guilherme, Neuma Aguiar), permitindo-lhes um contato com o público num momento em que seus trabalhos maiores ainda não tinham sido produzidos; mas já indicando em alguns casos os rumos futuros³⁰.

A coleção “Agricultura e Sociedade”, que dirigi com Bernardo Sorj, foi posterior e, por isso mesmo, mais especializada e voltada para trabalhos originais. Teve existência mais curta, mas permitiu a publicação de alguns textos significativos na área, inclusive de alunos nossos.

Fica o registro, que pretende ser também uma homenagem à Editora e, sobretudo, a Jorge Zahar, que chegou a ser importunado por autoridades policiais que inquiriam a respeito de nossas atividades.

* * *

Na volta da reunião da ABA em Belo Horizonte, esses (e outros) fragmentos haviam se fixado com

30 Pessoalmente, destacaria a coletânea que organizei sobre *O Fenômeno Urbano*, que teve várias edições e introduziu alguns textos que se tornaram “canônicos” entre nós (como os de Sirmmel, Robert Park, Weber e Louis Wirth). Destacaria também *Estrutura de Classes e Estratificação Social*, o best-seller da coleção, organizado por mim e os outros dois diretores, que alcançou nove edições.

bastante nitidez. Gastei, mesmo, uma parte do tempo - e despertando com isso a curiosidade de alguns companheiros de viagem - a rascunhar as notas que redundaram neste capítulo. Donde me veio o sentimento de uma diferença de perspectiva em relação ao Matta. *Saudade*, parece-me, transmite ainda uma visão demasiado linear e irreversível do tempo. No fundo, aqui, não estou falando do passado, e sim de um patrimônio. Mas que em boa medida só pode ser mobilizado quando se sabe o que contém.

Até agora

Em julho de 1990 estive em Coimbra (Portugal) para participar, na Universidade, do I Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Entre os participantes havia um pequeno grupo de convidados especiais. Os brasileiros eram Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, José Arthur Gianotti, Ruth Cardoso, Carlos Guilherme Mota, Marilena Chauí, Wanderley Guilherme dos Santos e eu. Ficamos hospedados (Marilena viajou antes) num palacete, antiga residência do pretendente ao trono português, fora da cidade. E nesse cenário régio convivemos por vários dias. Ficou-me a sensação de estar assistindo-participando de um enterro simbólico, mesmo (ou talvez principalmente) figurado na soleníssima e medieval cerimônia de entrega de título de doutor *honoris causa* a Florestan, e que nos congregou a todos.

As dissensões, sobretudo políticas, no seio do grupo "paulista" não são, evidentemente, novidade a

essa altura. Mas o que me impressionou foi a verdadeira desconstrução que eu vi ser operada naqueles dias; sintetizada, quiçá, na frase que ouvi: “Florestan nunca orientou ninguém e nunca formou grupo algum.”

Não se trata, é claro, de buscar uma verdade abstrata. Mas quem leu este memorial até aqui terá percebido a importância do referencial representado por esse grupo. Não porque os do “meu” grupo se vissem necessariamente como seus partidários - embora as filiações (basta ver a posição de RCO no quadro) fossem fundamentais. A referência foi, seguidamente, para fins de emulação. Mas para isso a sua existência era um *a priori*.

A sugestão, retoricamente figurada pelo episódio relatado, é que o abalo da narrativa consagrada ali esboçado indica haver hoje um espaço aberto - no plano mítico, por assim dizer - que permite releituras. Releituras em que trajetórias pessoais podem sugerir uma concretude vivida “na carne e no osso”, experimentos vivos emprestando credibilidade maior que a da mera “especulação”.

Propus-me, de início, verificar se para além do sintoma e do contexto sobrava algum texto. O uso dessa expressão - com a suposição de um “olhar externo”, talvez sugerido pela filiação hermenêutica - evoca mais fortemente em mim, agora, uma noção presente e atuante no interior mesmo da minha trajetória. Assim, a essa altura, posso trocar o “texto” pela ideia de *narrativa* (que foi o próprio relato, aqui, dessa trajetória) e a busca do enredo que a tenha orientado. Sintomas e contextos, versões pessoais e pertencimentos coletivos se decompõem e recompõem.

E, invertendo, a noção de texto (parente, talvez, do “patrimônio” a que me referia no final do último capítulo) passa a ser um dos personagens.

Um dos “fios dramáticos” que orientaram essa narrativa talvez pudesse ser chamado “conversão” - não no sentido de um antes e depois definidos no tempo da trajetória e no espaço das ciências sociais, mas como uma espécie de reforma ou avivamento permanentes.

O começo dessa narrativa trata de uma formação em Sociologia. E pouco depois - na sugestão vinda de Roque Laraia - justamente de uma conversão à antropologia. Conversão, talvez, paradoxal pois já antes, no curso que precedeu a criação do PPGAS, houve, segundo esse mesmo autor, um “rompimento proposital dos limites ortodoxos da antropologia” e a “própria escolha do título do curso, Antropologia Social, ao invés de Antropologia Cultural, já constituiu um desafio”. Ainda segundo Laraia, a “acusação mais frequente era que se tratava de um curso de Sociologia” (1992: 19). E Castro Faria, no mesmo livro de homenagem a RCO, lembra a filiação a uma Etno-Sociologia cuja figura central era, exatamente, Florestan Fernandes (Castro Faria, 1992: 12). Não se devendo esquecer, tampouco, o sempre mencionado poder de agregação de sociólogos da ABA nos anos 50 (lembrar o trabalho de Ianni sobre os estudos de comunidade). Intensa interação, portanto, até em nome de um projeto supradisciplinar e crítico que antecedeu, aqui, a constatação dos “*blurred genres*” feita por Clifford Geertz.

A atualidade e os frutos dessa orientação são inegáveis. Sobretudo na passagem, contemporânea, da

antropologia para uma atenção maior às temáticas da sociedade brasileira, permitindo uma visão - crítica - dos conflitos, das diferenciações e dos fenômenos que têm seus loci num plano microssocial de que as orientações alternativas não podiam dar conta. E mobilizando e canalizando - o meu caso parece ilustrativo - toda uma geração.

No entanto, sem sobrecarregar o texto com as remissões correspondentes, diria que a partir da minha própria trajetória tal como apresentada é possível sugerir, polemicamente, que isso efetivamente se deu à custa de um contágio, uma espécie de *colonização invisível* por parte da Sociologia. Até por efeito de migração. Invisível porque se processando na medida mesmo em que a Sociologia se esvaziava como potência disciplinar. Quase como se diante de uma invasão (talvez mais por parte da Ciência Política que dos militares) tivesse havido uma *transferência*. Nós, em boa medida, passamos a ser os verdadeiros sociólogos - com distintas sutileza, imaginação e criatividade. E apesar (ou por causa) de uma forte e diferenciadora identidade de antropólogos, disso nos orgulhávamos, dividindo o campo "moderno" das ciências sociais com a ciência política.

Talvez minha visão esteja distorcida pelo fato de eu ser um caso-limite, em geral (até anedoticamente) considerado sociólogo pelos sociólogos. Mas prefiro pensar que dramatizei um papel revelador de um enredo mais amplo³¹. E que não significa - ao contrário das "acusações" na origem - dizer que não es-

31 Que, evidentemente, não dá conta de tudo. Diria que desse ponto de vista há "exceções". Uma delas sendo a daqueles que continuaram a praticar a Etnologia com uma orientação mais etnológica. Por isso mesmo, talvez, relativamente isolados dos demais praticantes da disciplina.

távamos fazendo antropologia. (A partir do *batismo* não há “antes” da conversão; e a antropologia sendo sempre, antes de mais nada, aquilo que fazem os antropólogos.)

Em certo sentido, foi assim quase “até agora”. Mas numa dinâmica contraditória, a que - por razões teóricas e retóricas - devo fazer referência a partir de uma visão “atual”, das contingências de “hoje”.

Dessa perspectiva, diria que essa dinâmica contraditória no meu caso se apresentou na forma de um dilema sempre presente, que foi o de conseguir superar a contradição entre a generalização sistemática e a “riqueza do real”, expressa neste mesmo memorial em vários momentos. E isso levou a várias etapas de superação de soluções provisórias para a “doença” que no linguajar marxista parecia ser a do reducionismo. O foco nas questões da *política* e do *poder* em geral (versus a economia) constituiu uma parada fundamental (em que alguns colegas desceram), cuja sistematização mais elaborada se deu para mim no momento da tese de doutorado. Mas a seguir veio uma insatisfação com o monopólio pretendido pela linguagem da política e do poder, que se prolonga até hoje; até numa certa “militância” paradoxal em prol da multiplicação dos vocabulários.

Vieram, então, o texto e o *símbolo*, preparados por um interregno weberiano que já apontava nessa direção. E que na linguagem lévi-straussiana derivada da linguística (haveria outras) é expresso na ideia de uma *precedência do significante* ainda nos quadros da representação.

Grosso modo e sem maiores sutilezas, diria que boa parte dos profissionais se distribuiu no intervalo entre essas duas “paradas”. E a meu ver atualmente

atingimos um limite na exploração dessas vias. Ou melhor, esse limite tende a se tornar mais manifesto, porque:

1. a perda de prestígio do marxismo diluiu a antiga dicotomia - tão poderosa, em determinados momentos, na definição de identidades e facções -, revelando aquilo que era comum às várias posições e que sustentava um entendimento tácito e a possibilidade de passagens (“ecletismos”, acusavam alguns);

2. a recepção e ampliação do discurso antropológico para além das fronteiras da disciplina (tratei disso em “Relativizando o relativismo” [Velho, 1992b]) permitiram que através do espelho de suas versões diluídas se tornassem mais gritantes os limites alcançados.

Ambos os deslocamentos parecem oscilações dentro de uma mesma *arquitetônica* em que habitamos, a qual supõe, sempre, um *fundamento* e, com maior ou menor grau de liberdade, um *ornamento*.

A perda de prestígio do marxismo, referida no primeiro ponto, faz perceber que essas se referiam a uma questão epistêmica muito mais ampla que a da dicotomia infraestrutura / superestrutura e os chamados “reducionismos”. E a meu ver em analogia com o famoso movimento de inversão de Hegel por Marx que, agora, a vanguarda antropológica (representada pelos paladinos dos sistemas simbólicos e, eventualmente, do texto) vem propor uma reinversão. Diante disso, a “opinião pública” esclarecida parece se dividir entre:

- os que são opacos a essa possibilidade, fiéis ao

fundamento “material” e, pretendendo-se abertos ao simbólico, veem-no todavia como ornamento no sentido mais estrito;

- os que, envolvendo-se efetivamente com essa “reinversão”, ressuscitam posições que na linguagem filosófica tradicional seriam consideradas idealistas; aí se incluindo uma boa parte dos chamados “alternativos”.

Esse é, muito sumariamente, o espelho assustador, associado, talvez, ao que já tem sido chamado de “crise da representação”. Mas ele assusta no melhor sentido possível, desafiando a uma nova conversão, que absolutamente não desfaz o significado dos momentos anteriores. E pode até ajudar a recuperar, transfigurados, velhos princípios; que, como minha própria trajetória me sugere, talvez nunca tenham morrido: é o caso da concepção do conhecimento como “guia para a ação”, que hoje poderia ser associada à valorização pragmatista dos efeitos como critério de verdade, o que por sua vez dissolve dicotomias e se afirma na capacidade de incluir elementos os mais heterogêneos, sem colocá-los em campos opostos.

É assim que me sinto pessoalmente. E é nessa exploração “tempestiva” que pretendo embarcar. Aqui, apenas como fecho, e para levar ainda a sério neste final a imagem da *arquitetônica*, diria que, no sentido sugerido por John Milbank (1990), desejo pensar uma *arquitetônica barroca*, em que fundamento e ornamento se confundam, as oposições binárias se diluam e prevaleça *um realismo da(s) narrativa(s)*.

De minha parte, o sentimento neste final (de um

texto) é sem dúvida o da inconclusão (do seu sentido): a participação num tipo muito particular de experiência ainda em curso. E, ao mesmo tempo, a sensação de que, ao contrário do que poderia parecer, em boa parte o texto só pode se justificar por aquilo que ajude a construir.